

O PT E O GOVERNO

UM BALANÇO CRÍTICO
DAS PREFEITURAS DE
SÃO PAULO E PORTO ALEGRE

PÁGINAS 7 A 12

PLEBISCITO, PÁGINAS 3 E 4
8º ENCONTRO DO PT, PÁGINAS 5 E 6
CUT E CNTE, PÁGINAS 13 A 15
CONE SUL, PÁGINAS 16 A 19

JOHN LOEGRAND

EM TEMPO:

Nº 264
FEVEREIRO 1993
Cr\$ 12.000,00

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT, DISTRIBUÍDA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIADOS

Em novembro de 1977 surgia o **Em Tempo**. No Brasil da ditadura, propunha-se a imprimir à luta democrática um novo conteúdo, a partir da organização independente da classe trabalhadora. Por isso, saudou entusiasticamente o surgimento do Partido dos Trabalhadores e mais tarde a fundação da CUT.

Com suas páginas construídas por muitas mãos, muitas modificações ocorreram desde a frente jornalística que o lançou. Aprendendo e contribuindo com o PT, **Em Tempo** transformou-se numa publicação interna, voltada ao debate partidário.

Uma trajetória nem sempre fácil, muitas vezes polêmica e teimosa, e, acima de tudo, podendo reconhecer-se como uma história de coerência.

Por isso convidamos você a comemorar também este aniversário. É claro, tendo o **Em Tempo**, a cada edição, em sua casa.

Com a sua assinatura, você recebe um poster-calendário!



ASSINATURA ANUAL (10 edições)

Cr\$ 120.000,00

Nome:.....
Endereço:.....
Cidade:.....
Telefone.....
CEP:.....

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a
Carlos Henrique Árabe:
Rua Brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda São Paulo-SP
CEP: 01151-000

COMO ASSINAR A IMPRENSA DO PT:

BRASIL AGORA:
(011) 220-7198 E 222-6318
BOLETIM NACIONAL: (011) 223-7999
TEORIA & DEBATE: (011) 220-2103

O PT e o governo

A vocação de qualquer partido que disputa o poder é ser governo, é procurar obter as melhores condições para impulsionar a aplicação de sua política na sociedade. O PT está hoje tensionado pela questão do governo em dois sentidos. Um primeiro, mais imediato, é provocado pela entrada de Luiza Erundina no governo Itamar, contra a posição do partido e em oposição à toda tradição acumulada por nós. Aí, o que está em jogo aí é a própria sobrevivência do PT. Isso é discutido no documento que reproduzimos na pg. 20. Um segundo, mais geral, é dado pela experiência que o partido está acumulando à frente das prefeituras na condição de governo. É ele que discutimos mais longamente nesta edição, através de dois balanços, os das administrações de Porto Alegre e São Paulo, uma experiência positiva, outra negativa, discutidas nas pgs. 7 a 12.

Este número do **Em Tempo** debate também a posição do PT para o plebiscito sobre sistema de governo (pgs. 3 e 4); os desafios postos para o 8º EN, nas palavras de Rui Falcão e de Jorge Almeida (pgs. 5 e 6); a situação da CUT, dos petistas na CUT e o recente congresso da CNTE, na rubrica sindical (pgs. 13 a 15); e a nova situação que esta se delineando no Cone Sul da América Latina.

EM TEMPO

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Gerson Almeida, Helena Bonuma, Hugo Manso, Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTB nº 18663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa, Caco Bisol, Fernanda Estima e Fabiano Ciambra
Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138. Barra Funda, São Paulo CEP 01151-000. Fone: 66-5550

Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bonfim CEP 90210 Fone: 227-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 Sala 1142 CEP 20031. Vitória: Praça Quintino Bocaiuva, 16 Sala 707 CEP 29000 Fone: 2230921

Índice

3 Conjuntura: Reformas políticas e plebiscito

Direção nacional da Democracia Socialista

5 VIII EN: Manter a radicalidade

Rui Falcão

6 VIII EN: PT no ponto crítico da crise

Jorge Almeida

7 Prefeituras: Um governo de reeleger o PT

Entrevista com Olívio Dutra

9 Prefeituras: São Paulo, quatro anos depois

Felix Sanchez

13 Sindical: Congresso da CNTE

Rafael Freire

14 Sindical: Passos na construção petista

Gustavo Codas

15 Sindical: A CUT em 1993

Miguel Rossetto

16 Mercosul: Integração sob outras bases

Documento

17 Argentina: Em busca de uma alternativa

Marcelo Zugadi

18 Uruguai: Privatizações e crise de governo

Entrevista com Ernesto Herrera

19 América Latina: Enriquecer pilhando o Estado

James Petras

20 Ministra Erundina: o PT em xeque

Documento

Reformas políticas e o plebiscito

DIREÇÃO NACIONAL DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

1 A polarização entre parlamentarismo e presidencialismo não representa os interesses populares. É a forma como a burguesia apresenta suas opções como se fossem as de toda a sociedade. O central para o PT, a CUT e os movimentos populares é trabalhar para que se expresse nestes marcos limitados, da melhor forma possível, o conteúdo político real do que defendemos, a democratização do Estado, que não pode estar restrita ao problema das instituições e relaciona-se também com a transformação da estrutura econômica e social do país.

Este debate é parte de nossa discussão da estratégia para a conquista do poder e não se confunde com qualquer discussão sobre o fortalecimento e estabilização das atuais instituições políticas, que queremos suprimir e substituir por outras que permitam melhorar a expressão democrática da soberania popular. É nestes marcos estratégicos que a luta pela democratização do Estado burguês, tal como hoje se estrutura, ganha sentido, permitindo articular nossa intervenção tática com os objetivos mais gerais que perseguimos. É com referência nesta elaboração estratégica que temos que discutir o conjunto dos componentes de um sistema político que defendemos: partidos, sistema eleitoral, instituições legislativas e judiciárias, forma de exercício do poder executivo, mecanismos de controle sobre os eleitos e de exercício do poder diretamente pela população, instituições de democracia participativa, etc.

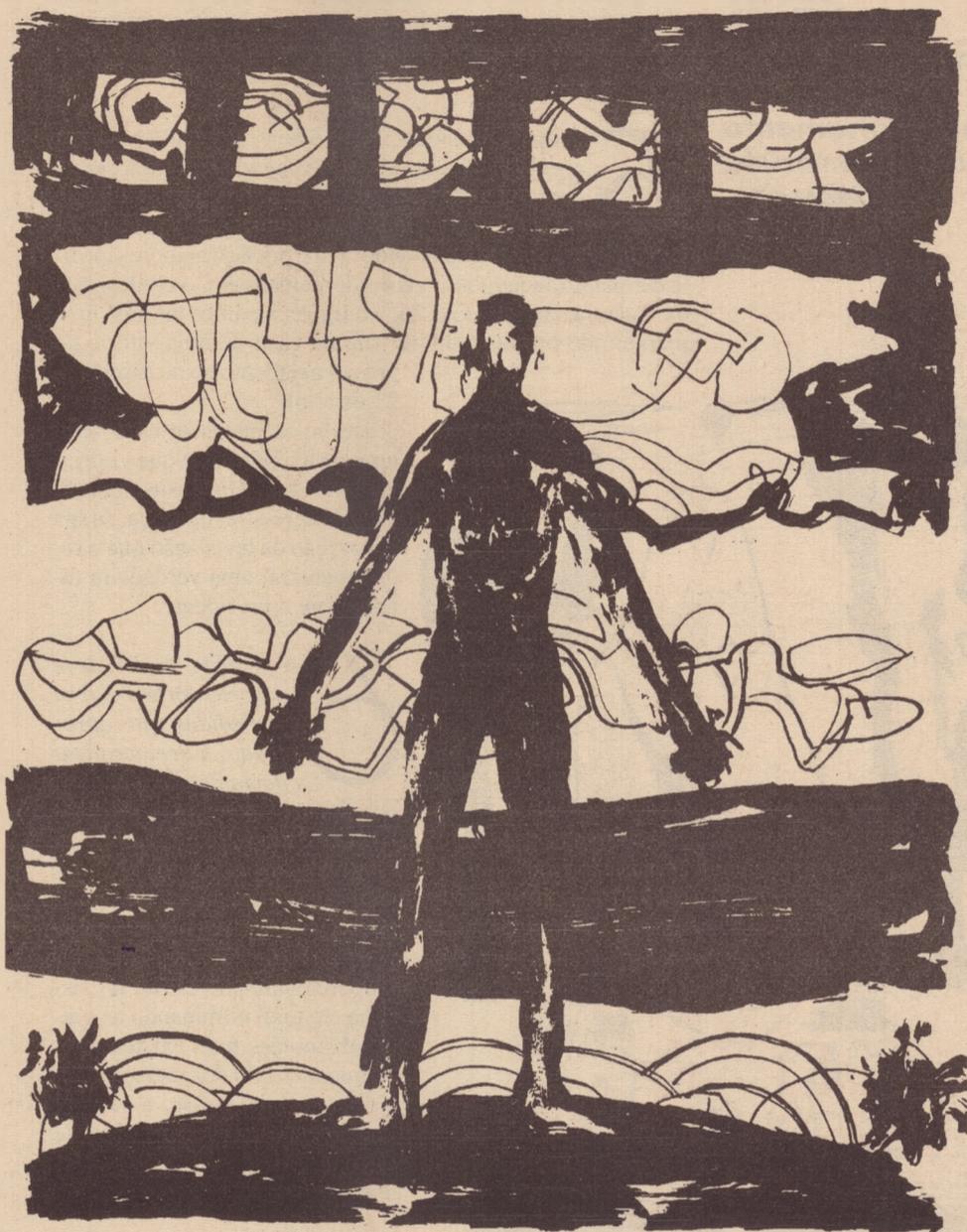
2 Tal sistema, que só poderá viabilizar-se como conquista popular, não pode ser pensado como somatória de pequenas reformas do atual quadro institucional - que estão limitadas pela correlação de forças adversa do período anterior de aberta ofensiva neoliberal, que as mobilizações recentes só reverteram parcialmente. O Congresso atual é o mesmo eleito em 1990, no auge do governo Collor. É ele que está empreendendo as mudanças na legislação eleitoral e partidária - que condicionam muitas das definições fundamentais sobre o sistema de governo - e que realizará a revisão constitucional de outubro de 1993. Assim, o processo hoje em curso, no qual temos que intervir, só permite expressar parcialmente o conteúdo de nossa política.

Isso não deve nos induzir a uma visão estática da correlação de forças. Perdemos, inclusive, uma oportunidade única de deslocá-la ainda mais a nosso favor. O movimento cívico que foi as ruas pelo *Fora Collor* despertou esperanças de que poderia ter continuidade num poderoso movimento pelas reformas políticas e sociais que o país necessita. Mas até agora as potencialidades nele presentes não foram realizadas, e as esperanças maiores nele depositadas foram frustradas. Mesmo a maior presença da "ética na política" (bastante ilusória no capitalismo) foi escandalosamente negada pelo resultado das CPIs da NEC, da VASP e do massacre da Casa de Detenção, essa pela Assembléia Legislativa de São Paulo.

Não devemos eximir o PT de suas responsabilidades neste sentido: concebendo o movimento pelo *impeachment* de forma restrita, como movimento em torno do objetivo pontual de derrubada de Collor, o partido subestimou o potencial aberto pela auto-organização de importantes setores de massas e sequer deu passos na direção de sua politização e continuidade.

3 O plebiscito de 21 de abril está se desenhando como cenário de uma tentativa de recomposição política da burguesia. Isso se deve, em grande medida, a ausência, até agora, de um forte movimento político de massas dominando o terreno.

Algumas forças políticas e lideranças burguesas defendem a adoção do parlamentarismo como forma de estabelecer uma hegemonia capitalista duradoura no terreno institucional, que



José Luis Zumeta

exclua a possibilidade de acesso da esquerda ao governo por todo um período.

A discussão em curso sobre parlamentarismo ou presidencialismo é, porém, dominada pela disputa de projetos políticos burgueses de curto alcance, tendo em vista as eleições de 1994. Ela é, em grande medida, condicionada pelas definições sobre as mudanças na legislação eleitoral e partidária, realizadas pelo Congresso. Articula-se a introdução do voto distrital, a manutenção do bicameralismo em seus moldes atuais (em que o senado atua como casa revisora das decisões da Câmara Federal, com amplos poderes em matérias financeiras, orçamentária e tributária), a introdução de restrições à representação parlamentar (fala-se de estabelecer-se uma barreira de até 5% para a presença no Congresso), etc.

A Frente Parlamentarista Ulisses Guimarães aponta para o parlamentarismo como via para um maior domínio conservador no quadro político. O discurso burguês dominante entre os defensores do parlamentarismo evidencia bem isso: trata-se de constituir instituições mais estáveis, que evitem o risco de posições "extremadas" chegarem ao governo. O objetivo mais evidente aí é evitar que o PT chegue ao governo em 1994, com um programa de transformações radicais. A opção parlamentarista apresenta-se, pois, neste quadro, como parte de todo um encadeamento de passos de um projeto burguês, que se condicionam mutuamente.

A polarização posta no plebiscito não representa os interesses populares.

**O quadro em
está se dando o
debate
inviabiliza a
adoção pelo PT
de um
posicionamento
parlamentarista
no plebiscito.**

4 Estes objetivos da burguesia só poderão ser barrados e uma política popular alternativa se impor pela existência de um amplo movimento político de massas por reformas democráticas - que é difícil que se estruture a tempo de incidir sobre as deliberações já em curso pelo Congresso. Além disso, temos um problema de parceiros no plano institucional, na medida em que somente a esquerda está comprometida com um esforço de efetiva democratização do país, inseparável da luta pela mudanças sociais exigidas por nosso país. A Frente Parlamentarista Democrática que está sendo articulada por este setor não dispõe hoje de poder de fogo institucional para constituir-se em alternativa para a condução do processo de reformas no Congresso.

5 A opção presidencialista é hoje defendida por setores comprometidos com o projeto de alguma candidatura concreta: Brizola, Quéricia, Maluf, ACM. Ela não é o veio que os setores dominantes da burguesia vem hoje trabalhando. Traz, por isso, maiores incertezas quanto a seus possíveis desdobramentos. Com o desgaste de Quéricia, Brizola e ACM, a burguesia parece ter hoje uma margem de opções mais restrita no caso de uma vitória do presidencialismo no plebiscito de 21 de abril.

Devemos inclusive estar alertas para a hipótese de que vitorioso o presidencialismo no plebiscito, o Congresso estabeleça, na sua aprovação da legislação que o regulamentará, uma verdadeira tutela sobre o presidente.

6 A posição do PT deve ter como norte a defesa de medidas que aprofundam a democratização do Estado. Temos a possibilidade de, no próximo período, popularizar na sociedade e aprofundar a luta por reformas democráticas fundamentais, tais como a extinção do Senado e a instauração do unicameralismo, a proporcionalidade estrita no sistema eleitoral eliminando as graves distorções hoje existentes, a democratização dos meios de comunicação de massa, a regulamentação da legislação referente ao exercício do plebiscito, do referendun e da iniciativa popular.

7 O quadro em que está se dando o processo do plebiscito provavelmente inviabilizará a adoção pelo PT da defesa de qualquer forma de parlamentarismo nesta conjuntura. Sua aprovação significará adoção de um sistema de governo ainda menos democrático do que o atual. Seria, além disso, provavelmente afastarmos a possibilidade de disputar o governo em 1994 com nosso programa de transformações profundas. Seria um suicídio político. A estratégia de luta pelo poder que o PT vem construindo combina a luta institucional, com a conquista de posições no parlamento e nos executivos, e a luta de massas, a mobilização direta dos explorados e oprimidos em defesa de seus interesses. A conquista do governo central tem, neste caminho, um papel chave, sendo um momento fundamental da alteração da correlação de forças, que pode desencadear um acirramen-

to da luta de classes e levar os trabalhadores a novas conquistas, à disputa de hegemonia em condições mais favoráveis.

Vale lembrar que a experiência de luta democrática das massas trabalhadoras brasileiras teve nas disputas em torno da presidência seu ponto mais elevado. Isso é evidente, antes de tudo, para a eleição presidencial de 1989, que colocou a expectativa de um segundo momento, de uma nova eleição que permitisse a vitória das forças populares, expectativa que não deve ser esvaziada. Mas esta experiência marca também processos como a luta por eleições diretas para presidente, em 1994, e agora a luta pelo *impeachment* de Collor. Está implícito nela a idéia de que o povo pode substituir um presidente que traiu sua confiança. De conjunto, a disputa presidencial tem se afirmado como o momento que permite uma melhor expressão política de processos de polarização social e disputa política, possibilitando melhor um deslocamento da correlação de forças na sociedade.

A defesa pelo PT da opção do presidencialismo traz muitos problemas, particularmente depois da experiência popular com Collor. Devemos considerá-la como um mal menor. Mas esta é, hoje, a forma de impedir que se construam novos obstáculos a atuação do movimento dos trabalhadores no terreno institucional, a maneira mais segura de permitir que as eleições de 1994 se configurem como uma provável disputa de projetos globais para a sociedade brasileira e um governo comprometido com um programa de transformações sociais profundas possa tomar posse e governar.

8 Nosso posicionamento pelo presidencialismo neste plebiscito não se confunde com qualquer defesa de princípio sobre qual seria o sistema de governo mais democrático ou ideal, nem significa a recusa à adoção do parlamentarismo em outra situação, com outra correlação de forças estabelecida e sob outros parâmetros políticos.

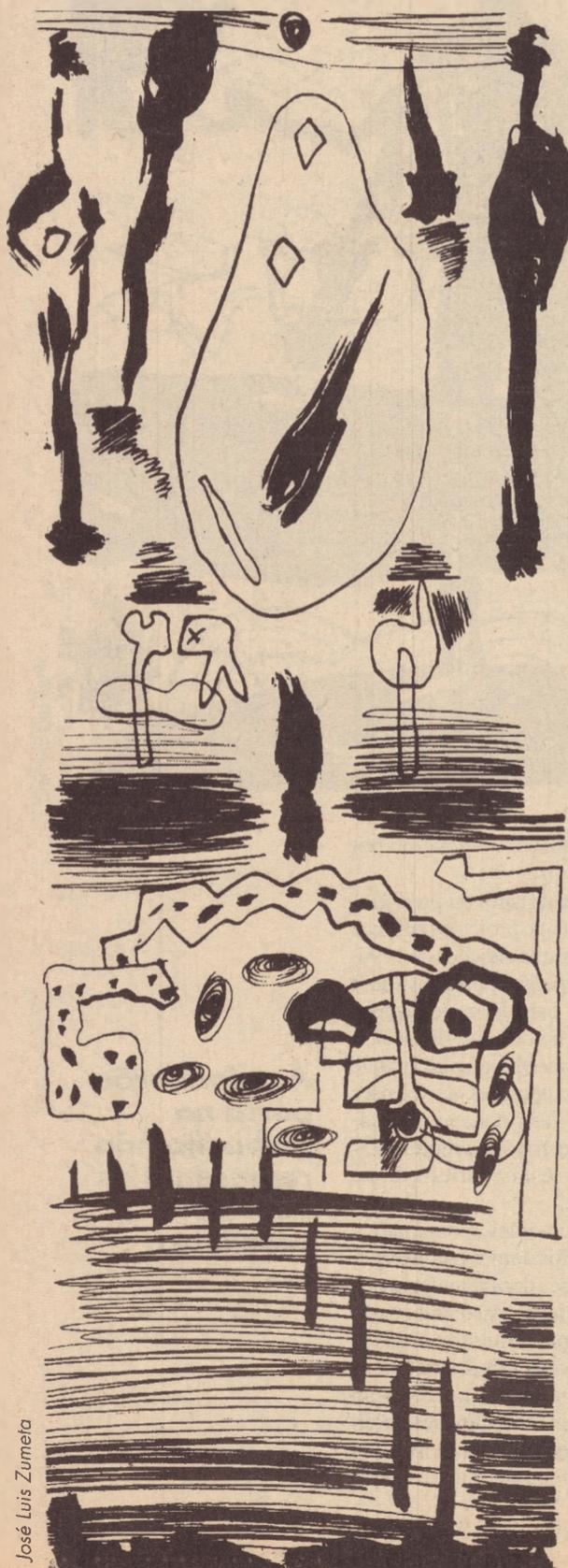
Ele deve ser feito, de um lado, com base na denúncia do controle conservador da cena política e como a adoção do parlamentarismo neste quadro dificulta o encaminhamento do projeto democrático e popular. De outro, deve ser justificada com a adoção de uma plataforma de reformas políticas que a legislação eleitoral e partidária em discussão no Congresso e a adoção do parlamentarismo como desenhado busca negar.

Isso significa que não fazemos frente comum com os caudilhos da política burguesa que defendem o presidencialismo em função de suas ambições particulares. Significa que o PT não pode comprometer-se com o conjunto das consequências do resultado do plebiscito, que dependem de negociações institucionais e escapam a qualquer controle popular.

9 A plataforma de democratização da política brasileira que o Partido dos Trabalhadores apresentará à sociedade na discussão preliminar ao plebiscito sobre sistema de governo deve conter dos seguintes pontos:

- defesa da proporcionalidade estrita no sistema eleitoral; a cada eleitor um voto de igual valor;
- fim do Senado com a adoção do unicameralismo;
- rejeição de barreiras elevadas para a entrada no parlamento;
- adoção de legislação permitindo a reconvocação de eleições majoritárias (o "recall") a pedido de uma parcela dos eleitores (alguns países onde isso existe estabelecem a cota mínima de 5% dos eleitores);
- adoção de legislação partidária que fortaleça os partidos e defina o mandato como do partido e não do indivíduo; eleição por lista partidária.
- democratização do acesso aos meios de comunicação de massa.
- a regulamentação dos itens da Constituição que viabilizam as práticas do plebiscito, do referendun e da iniciativa popular na proposição de leis.

10 O quadro do PT torna importante que a consulta aos filiados de 14 de março resulte em uma ampla maioria pelo presidencialismo. Para viabilizar este posicionamento, temos que dinamizar rapidamente o processo de discussão no partido, travando-a ainda este ano em todas as instâncias partidárias de que participamos. A reprodução e ampla divulgação do conteúdo político deste texto, a nível de cada estado, com os instrumentos disponíveis, é também importante neste esforço. □



José Luis Zumeta

Manter a radicalidade

RUI FALCÃO*

Fundado num momento de crise aguda do capitalismo brasileiro, sob a ditadura militar que ajudaria a sepultar, o PT surgiu como um partido revolucionário, de massas, democrático e socialista, irrompendo no cenário político como uma novidade histórica chocante. Rompia com todos os modelos anteriores de tentativa de organização popular para o exercício do poder e impunha a sua originalidade com a força e a esperança de centenas de milhares de trabalhadores, estudantes, profissionais liberais, intelectuais, pequenos proprietários, religiosos e militantes profissionais.

Treze anos e memoráveis momentos de lutas depois, é imprescindível uma reflexão nacional que retempere nossa militância, amadureça nosso projeto histórico e amplie nossa influência na sociedade.

O resultado das últimas eleições - em que fomos o partido mais votado nas capitais, no 1º e 2º turno - indica o potencial de nossa política de acúmulo de forças, de disputa de hegemonia, de participações nas instituições do Estado burguês brasileiro, de nossa estratégia de ser-governo-para-ser-poder.

Caráter rebelde

É inegável, porém, que convivemos com o risco, diante do qual sucumbiram inúmeros partidos de origem operária e popular, de nos convertermos num **partido da ordem**. Em alguns momentos os traços que nos distinguiram dos partidos do sistema, como na campanha das diretas, no episódio do colégio eleitoral, na recusa dos sucessivos pactos das elites, parecem estar esmaecendo: a contingência de estabelecer alianças, em torno de programas ou de propostas pontuais, transforma-se em objetivo a qualquer custo; a interlocução necessária com a sociedade cede frequentemente à tentação do senso comum, ao nadar-a-favor-da-corrente, num processo de hegemonia às avessas em que o discurso dominante nos iguala, tomando-os, portanto, mais "palatáveis".

Ao 8º Encontro Nacional cabe dar um basta a esta situação: o amadurecimento político do PT não pode refrear nosso caráter rebelde, nem amainar nossa radicalidade. Chega de bom-mocismo. Nada de domesticação.

Radicalmente democrático, construído de "baixo para cima", o PT, desafortunadamente, revela sintomas perigosos de burocratização. Nota-se um emperramento dos mecanismos de expressão democrática para a tomada de decisões; há um visível distanciamento entre direções e bases; é notório o esvaziamento das instâncias, dos núcleos de base às direções municipais, regionais e nacional; o pragmatismo, a competição, o eleitoralismo correm soltos, esgarçando o companheirismo, a convivência fraterna e a solidariedade.

A democracia interna é a vida do PT. Sem esta seiva, nosso projeto se exaure, fenece. Ninguém, nenhum parlamentar, nenhum prefeito, nenhuma liderança, nem mesmo o Lula, pode se sobrepor às maiorias e às decisões democráticas, legitimamente firmadas no interior do PT.

Recuperar o espírito do partido, afirmar a democracia interna e superar a fragmentação - que enfraquece o partido, afugenta filiados e desanima a militância, nosso principal patrimônio - implica, além de um basta as ambiguidades e distorções na política e no perfil partidários, um conjunto de medidas organizativas. Entre elas, derrotar aquelas concepções que não dão importância ao trabalho partidário junto aos movimentos sociais, que defendem o afrouxamento das instâncias como virtude e que confundem democracia com ampliação do número de integrantes das direções, impedindo o funcionamento efetivo e ampliando, ao invés de reduzir, a centralização decisória. É nesse sentido que o 8º Encontro deve encarar a discussão sobre os estatutos partidários.

Afrontando as elites, o PT alargou o conceito e a prática de democracia no Brasil, vinculando o social e o econômico do seu nascedouro político, à disputa eleitoral e às instituições do Estado, onde as classes dominantes costumam confinar a democracia formal. Para nós, não há, democracia sem direito de greve, sem democratização da informação, sem justiça social, sem distribuição de renda e riqueza, sem abolir a exploração. Socialismo é democracia; democracia é socialismo - esta divisa condensou, no I Congresso, nossa história e nosso projeto.

Agora, porém, impactados pela velocidade dos acontecimentos no Leste Europeu e pela desvolutura das iniciativas do bloco capitalista, concentramo-nos na disputa institucional de forma quase exclusiva, como se a realização de reformas político-eleitorais fosse uma espécie de ante-sala ou pré-condição para avançarmos na direção de transformações estruturais na sociedade brasileira. Sem luta social, sem participação popular, sem mobilização dos trabalhadores - que educa, politiza e democratiza - não atravessaremos os limites atuais, que coonestam a miséria, a fome, a concentração de rendas, de terras, de riquezas e poder, as injustiças, a desagregação social.

Historicamente violentas e excluídas, as classes dominantes brasileiras resistem secularmente a transformações estruturais. As mudanças que se impuseram foram conquistadas a ferro e fogo, frequentemente após as elites terem infligido derrotas aos "de baixo". Veja-se o exemplo da abolição da escravatura e das leis trabalhistas de Getúlio, para ficar em apenas dois casos. Nada indica que esse comportamento tenha mudado. Portanto, é ilusório sonhar com uma sociedade de consensos, sem disputas, um capitalismo sem conflitos sociais, bem gerenciados por governos de coalizão, em que acordos setoriais e ações parlamentares pluripartidárias ditem o ritmo, a forma e o conteúdo das reformas.

Tarefas do 8º EN

Tal como vimos assinalando em nossos congressos ao 8º Encontro será forçoso reafirmar: a construção do socialismo no Brasil será obra de milhões de trabalhadores, num processo de longo acúmulo de forças, através de variadas formas de luta, num processo de ruptura com o atual modelo de desenvolvimento e com o regime capitalista.

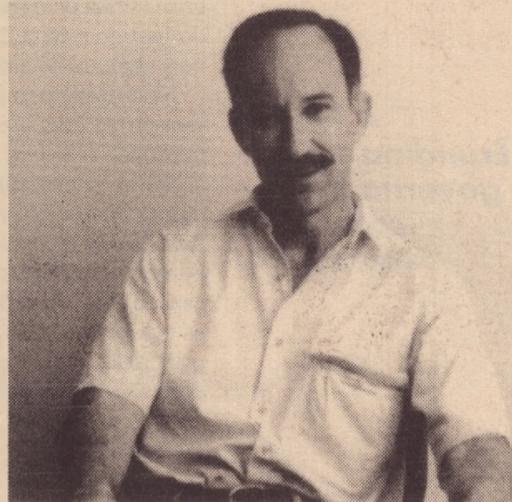
Na agenda de curto prazo, que se desdobra no plebiscito sobre forma de Estado e sistema de governo; na revisão constitucional; na oposição ao governo Itamar, numa discussão de fundo sobre o atual impasse do movimento sindical, na aprovação do novo Estatuto Partidário e na renovação das atuais direções, há um desafio central, para o 8º Encontro: a elaboração de um programa de Ação de Governo, que atualize, aperfeiçoe, amplie o PAG-89, mantendo-se as diretrizes de caráter democrático-popular.

A confecção deste PAG, na qual se envolverão os vários setores do partido, nossos simpatizantes, apoiadores e aliados, será um momento único para continuar a passar o país a limpo.

Exigirá de todos nós um cuidadoso trabalho de diagnóstico do país, da realidade conjuntural, das características e particularidades regionais a serem contempladas nas propostas, mas também das diferenças gritantes a serem sanadas para conjurar ameaças nada folclóricas de segregação social e sesseção na unidade nacional.

Requererá, também, um paciente e criativo processo de apresentar propostas e soluções, sem o que nenhuma campanha eleitoral, por mais radical que se apresente, colherá sucessos. Naturalmente, não ficaremos confinados aos gabinetes, fecundaremos o nosso projeto com o sal da terra, com a experiência de vida e luta dos trabalhadores, dos artistas, dos intelectuais, das mulheres, dos jovens, dos despossuídos.

É nesse processo que forjaremos as alianças possíveis para conquistar o governo, sustentá-lo e viabilizar o programa. A disputa de 94 é uma referência importante, um marco decisivo. Mas nosso projeto não se esgota aí, com a vitória ou a derrota. É preciso, desde já, no debate democrático, sem sectarismo, rotulações ou preconceitos, reabrir os caminhos para concretizar nosso sonho, mais vivo do que nunca, de uma sociedade justa, fraterna, solidária, sem opressão nem exploração: a utopia do socialismo democrático. □



Fernando Estima

Convivemos com o risco de nos convertermos num partido da ordem.

É preciso reabrir o caminho para concretizar nosso sonho: a utopia do socialismo democrático.

*Deputado estadual e presidente do DM de São Paulo

PT: no ponto crítico da crise

JORGE ALMEIDA

A crise do PT está crítica". A redundância desta frase pronunciada por um militante petista resume a complicada situação em que meteram o nosso partido e dentro da qual será realizado o 8º Encontro Nacional-Extraordinário.

Desde a preparação do 1º Congresso Nacional, está clara a crise de identidade vivida pelo PT, num contexto desfavorável da luta de classes em nível internacional, com a mais profunda crise vivida pelo socialismo, o avanço eleitoral e institucional do partido e falta de alternativa consistente para enfrentar o neo-liberalismo collorido.

Neste quadro, o resultado do 1º Congresso foi positivo, no sentido de que, a partir da discussão entre a militância, foi derrotado o discurso do refundacionismo, e as resoluções da Plenária Final reafirmaram posições históricas do partido em defesa do socialismo e da revolução social, da democracia partidária e de combate à social-democracia e ao socialismo burocrático. Porém, além de uma tática defensiva, que abriu espaço para a falta de iniciativa do partido naquela conjuntura, as repercussões do 1º Congresso já apontavam para um dos principais problemas do partido: o crescente distanciamento entre as resoluções escritas das instâncias (entre elas o próprio 1º Congresso) e o discurso e prática de grande parte dos dirigentes e lideranças públicas.

Assim sendo, a crise de identidade não se resolve no Congresso, e até se aprofunda com a resistência da maioria da direção nacional em assumir a bandeira do impeachment de Collor e a posterior atuação despolitizada do PT dentro daquele movimento, resumindo-se a combater a corrupção e negando-se a levantar outros pontos atuais do programa democrático e popular.

Após o impeachment, as concepções que vacilaram em impulsioná-lo, voltaram a se manifestar com as teses da "governabilidade", apoio ou participação no Governo Itamar, acabando por quebrar ainda mais a identidade do PT.

Na verdade, estes fatos e posicionamentos, longe de serem casuais, inserem-se num conjunto de políticas de quem busca a construção de um outro partido por dentro do PT. Talvez, por parte de alguns, uma recaída da política de "duas camisas". Ou seja, o refundacionismo teve suas teses fragorosamente derrotadas no 1º Congresso, porém continua se desenvolvendo na prática, à revelia da maioria partidária.

Esta situação tem provocado a resistência da base e parte importante das direções estaduais e nacional do partido. A decisão do DN, por 25 a 24, de aprovar uma clara linha de oposição a Itamar, a vitória de Vladimir Palmeira para líder da bancada e o crescimento da tese pró-presidencialista no partido de modo geral, também mostram esta resistência às posições e interesses principais do núcleo majoritário da CEN.

Erundina: crise na crise

Neste embalo, chegamos agora à ida de Erundina ao Ministério da Administração do Governo Itamar. Não é por acaso que uma série de companheiros se sentiram traídos pelo presidente em exercício e afir-

mam que "Itamar não poderia fazer isto com Lula e o PT". É que, na prática, o PT vinha dando sustentação a Itamar. Por isto, ele "não podia fazer isto".

Itamar jogou pesado. Como o jogador de xadrez que arrisca tudo e dá um xeque no rei para comer a dama. Um grande mestre não faria isto, entretanto, deixando a retaguarda aberta e sem ter controle de que as jogadas seguintes levariam o xeque mate. Além disso, não esqueceria de que, no xadrez como na vida, a depender da situação, os peões podem valer mais do que a dama. Esta é a opção histórica que o PT tem a fazer. Tentar defender a dama a qualquer custo e ficar sob o fogo do adversário arriscando-se a tomar um xeque mate; ou, mexendo os peões, contra-atacar o adversário reassumindo a ofensiva.

Os peões do PT querem a segunda opção e já começam a se mexer independentemente da maioria da CEN. Mas o necessário afastamento definitivo de Erundina, por decisão democrática do partido, será muito importante simbolicamente, mas não resolverá nossos problemas, apesar da sua responsabilidade axial no "ponto crítico da crise", isto porque, Erundina estava de certa forma indo no vácuo de outras lideranças partidárias que já vinham sistematicamente desrespeitando as posições majoritárias há muito tempo. Apenas foi mais afoita e se precipitou...

Uma alternativa conseqüente, radical e responsável a esta situação só pode se viabilizar a partir da defesa do partido e das suas posições avançadas. Ou, em outras palavras, "Voltar às origens mantendo as conquistas".

Mas o enfrentamento desta situação não pode ser feito individualmente ou como uma disputa de tendências ou mesmo através de acordos entre algumas delas que se auto-considerem super-ego do partido e detentoras do seu futuro.

Trata-se de desenvolver um processo onde, com uma efetiva participação da militância, independente, de tendências ou de grupos localizados, se construa um amplo movimento no conjunto do partido, capaz de reafirmar os princípios básicos que fizeram o PT se fortalecer como partido de luta, de massas, democrático e socialista. Um movimento não só de resistência, mas afirmativo, coerente e consistente politicamente. E não somente na tática ou no resgate dos princípios da democracia interna e unidade de ação.

Projeto democrático e popular

Enfim, no processo do 8º Encontro, coloca-se como prioridade a afirmação de um projeto democrático e popular para o Brasil. Construir este projeto passa, de início, pela rejeição da concepção que norteou a elaboração do chamado "Plano de Emergência" aprovado pelo DN que, abandonando o programa democrático popular do PT e sob o manto da "emergência" acaba apresentando um programa de governo com medidas sociais, porém sem encapar à lógica do social-liberalismo.

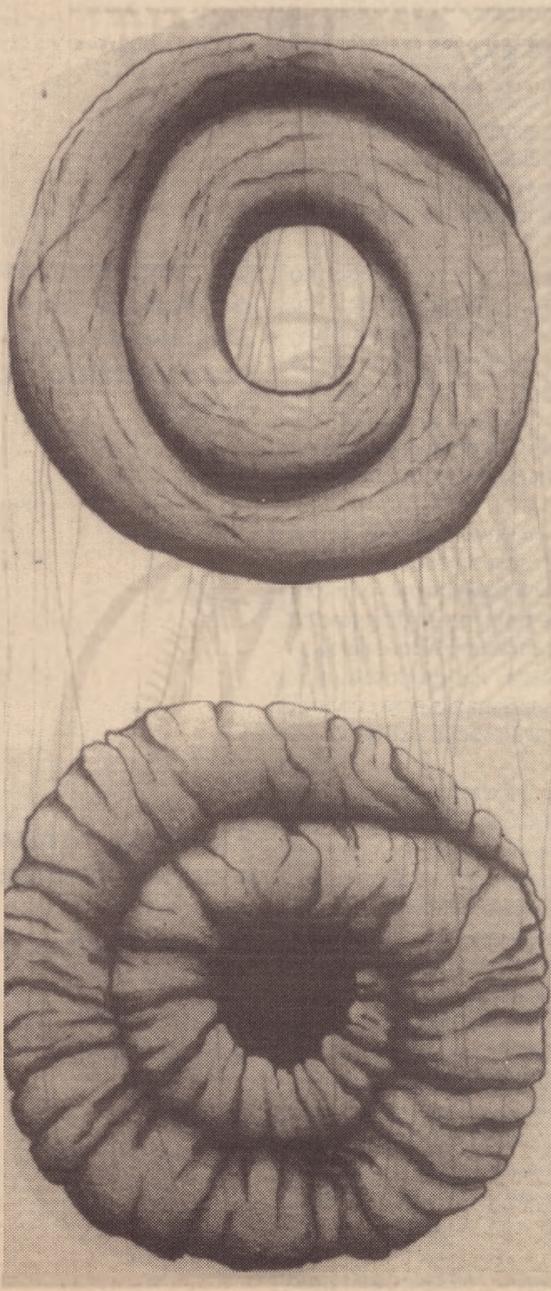
A defesa do PT, enfrentando resolutamente sua crise de identidade, só pode ser vitoriosa se feita no bojo da definição de uma política que viabilize a chegada ao governo, criando condições para atender às expectativas das amplas massas populares, altere a relação de forças e abra espaço para aprofundar a luta pelo socialismo.

Na nossa realidade, este programa deve estar baseado em reformas radicais na sociedade e no Estado, na incorporação de milhões de excluídos a um mercado de massas, capazes de promover a mobilização popular num grau mais elevado de politização, mas sem ter a ilusão de que as bandeiras colocadas possam ser conquistadas apenas a partir de nossa atuação no Estado ou se completar dentro da institucionalidade hoje existente, pois sua essência política está na possibilidade de alterar a correlação de forças na sociedade, que é onde, enfim, se decide a luta política.

E esta é a razão de ser do Movimento na Luta PT e o saldo do Seminário "PT 13 anos" recentemente realizado em São Paulo: Sem exclusivismo ou pretensões hegemônicas, luta para que o PT aprove no 8º Encontro resoluções que o coloque no seu leito histórico e para que predominem em suas direções com esta perspectiva. □

Jorge Almeida é membro da executiva nacional do PT

A ida de Erundina para o governo Itamar coloca em xeque o PT.



Patrícia Garrido

Um governo que reelegeu o PT

PATRICIA PESSI

Olívio Dutra, primeiro prefeito a reeleger seu sucessor na capital gaúcha, aproveita o intervalo entre o mandato de prefeito e a campanha para governador em 1994 para fazer um balanço da primeira Administração Popular de Porto Alegre.

Passados os primeiros quatro anos de Administração Popular, quais os principais acertos do governo da Frente? Foi possível cumprir o programa de governo proposto no início do mandato?

Eu acho que a experiência do governo da cidade de Porto Alegre foi positiva não só para a esquerda, mas para a cidade no seu conjunto. Nós, o PT e os seus aliados - o PPS, PC, PSB e o PV - construímos relações horizontais, democráticas. Aprendemos juntos, construímos relações entre esses partidos para que a atuação em diferentes pontas do governo se desse de forma não precipitada, nem aos solavancos. Isto constituiu, portanto, uma boa relação do governo, no seu conjunto, com a cidade. Uma relação não de uma mão só, mas de duas mãos, onde a participação consciente do cidadão no processo foi crescente. Temos muitas coisas positivas dessa construção política.

Quais conquistas esta primeira experiência de governo garantiu à cidade?

Muitas delas se traduziram na construção material da cidade, atacaram problemas concretos da infra-estrutura. Agimos na área do saneamento, da educação, da saúde e do transporte. Mas nós também construímos coisas que não podem ser medidas por uma fita métrica ou pesadas na balança. Coisas que são fundamentais para o exercício da cidadania de forma consciente. O povo de 16 microregiões da cidade, através do Orçamento Participativo, de forma aberta, em plenárias, participa hoje da discussão sobre a distribuição da renda da cidade. Eu acho que a marca do nosso governo de esquerda foi saneamento básico e democracia.

E quais foram as maiores dificuldades encontradas ao longo do governo? Quais os impasses mais difíceis?

Tivemos dificuldades de toda ordem, inclusive por nossa inexperiência. Porto Alegre tem 220 anos de história formal. Nesse período, nenhum partido com a nossa origem, com a nossa vinculação de classe, esteve no governo da cidade. Então, não éramos nós que detínhamos o controle do saber governar. Os governos aqui sempre estiveram na mão dos partidos tradicionais, do populismo. A primeira dificuldade foi esta falta de experiência acumulada e, é claro, a herança recebida. Uma máquina viciada no seu funcionamento, no seu relacionamento com setores privilegiados da cidade, no seu corporativismo interno, na sua burocracia, na sua lentidão.

Tínhamos também o desafio da nossa proposta. Uma das maiores dificuldades foi responder as expectativas que nós mesmos criamos na população e que, depois, não puderam ser atendidas de imediato. Outra foi o cerco do poder real existente na cidade, os setores empresariais. Os primeiros a nós desafiarem foram os permissãoários do transporte coletivo quando não tínhamos, sequer, dois meses de governo. Eles fizeram um locaute, retirando os ônibus do centro da cidade e levando para suas chácaras de recreio.

Foi correta a política implementada no setor de transporte?

A forma como atacamos o locaute só poderia ser aquela. Eu acho que foi correta a intervenção em seis das 14 permissãoárias. Isso permitiu que nós nos apropriássemos de todos os elementos do funcionamento do sistema e que, com base nessa apropriação, formulássemos, então, uma política de transporte que foi se aperfeiçoando durante quatro anos. Nós cometemos o erro de, no primeiro ano, praticar uma política tarifária de reajuste do preço da passagem 430% abaixo da inflação do

ano, sem que o setor tivesse outra fonte de financiamento. Isso foi um erro que corrigimos depois, implantando uma política de tarifa real. Assim, nos últimos quatro anos, o reajuste da passagem empatou com a inflação ou, ficou até mesmo abaixo dela em alguns momentos, dependendo de qual índice de inflação seja considerado. Esse setor foi um desafio e nós avançamos.

Mas tem ainda muita coisa a ser resolvida. Uma delas é o seu financiamento; outra a Taxa de Transporte, que é uma peleia antiga, já derrotada três vezes na Câmara de Vereadores. Essa Taxa faria com que setores de serviços, a indústria, o comércio, todo o setor empresarial investisse indiretamente no transporte coletivo. A Câmara de Vereadores não aprovou e o setor continua tendo como única fonte de financiamento os recursos obtidos com a venda da passagem. E tem um percentual enorme de pessoas que tem a passagem subsidiada.

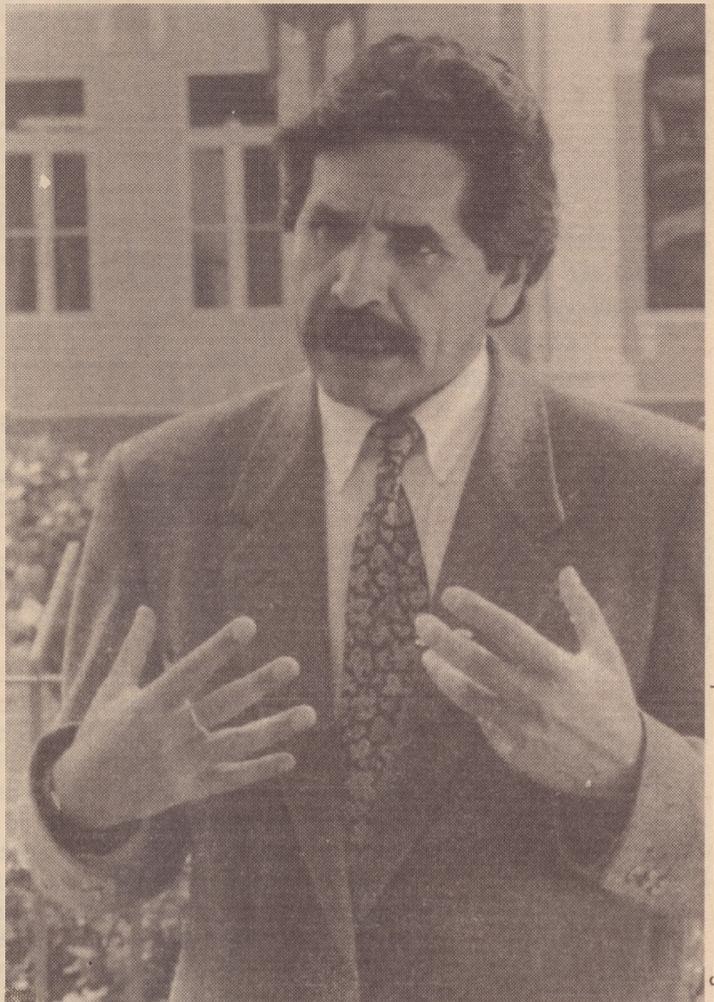
A Frente inovou ao garantir a participação popular em seu governo. Como foi a relação povo e governo no mandato da Frente?

Modificar a forma de relacionamento do movimento social, popular, comunitário com a máquina pública também foi outro desafio. Acho que encaminhamos bem essa questão, disputando inclusive com o movimento e não sendo apenas seu reflexo. Não saímos correndo para atender as reivindicações pipocadas do movimento. Nós disputamos com o movimento propostas globais para atender os problemas da cidade. Nós politizamos o debate fazendo com que o problema do buraco na rua, na frente da casa do companheiro, fosse discutido como uma referência da problemática da cidade, interligando esses problemas com os demais problemas não só daquele bairro, mas de um conjunto de bairros, na globalidade da cidade.

Por dentro disto é que foi surgindo o Orçamento Participativo. A proposta de Orçamento Participativo não nasceu pronta, não foi uma brilhante imposição nossa e nem foi uma concessão ao desejo dessa ou daquela liderança. Foi uma construção com avanços e recuos nessa disputa do nosso governo com o movimento social e popular sobre como deve se trabalhar as relações do Estado, da máquina pública com o cidadão organizado nas suas entidades representativas. Foi nessa disputa que surgiu o instrumento do Orçamento Participativo. Foi um desafio e uma dificuldade paulatinamente superada num processo de radicalização democrática, que ainda precisa ser aperfeiçoado.

Aperfeiçoado em que sentido?

Tem muito que aperfeiçoar, mas isso não será feito estabelecendo regrinhas burocráticas de funcionamento ou cooptando lideranças. Esta é uma questão em que temos que amadurecer junto com o movimento. Nós ainda estamos operando o Orçamento Participativo muito em cima de obras, de investimentos materiais, de coisas concretas. Há então uma certa



Olívio Dutra: "ser radical, mas não sectário"

Arquivo da Prefeitura de Porto Alegre

A marca de nosso governo foi saneamento básico e democracia.

A proposta do orçamento participativo foi uma construção, com avanços e recuos, de outra relação do Estado com o cidadão.

O PT não deve deixar de ser radical, mas sem ser sectário.



disputa entre vilas e bairros e não uma unidade na diversidade desses amplos setores contra os centros de poder da cidade. Nós precisamos qualificar politicamente o Orçamento Participativo para que ele seja uma forma politizada e organizada da população buscar a ampliação da renda da cidade e a qualificação da sua distribuição através de políticas públicas do governo municipal, sob a fiscalização do cidadão. O Orçamento Participativo tem que se transformar em pressão organizada do cidadão sobre a chamada iniciativa privada para que ela também invista na qualidade de vida da cidade. Temos, pois, que fazer muito ainda para este instrumento avançar, mas ele já é de uma riqueza enorme. O quê o Orçamento Participativo não pode ser é burocratizado, transformado numa correia de transmissão do governo. Os nossos partidos é que devem disputar no Orçamento.

O PT defende o socialismo, a democracia direta, um estado democrático. Foi possível seguir essa orientação no cotidiano da Administração Popular? Essa experiência de ser governo alterou concepções do PT?

Graças a Deus, graças a Deus - e não estou usando o nome de Deus em vão - nós mudamos a partir da experiência da Administração Popular. Mudamos para melhor. Nós, eu individualmente, os companheiros que tiveram conosco esta experiência de governar, o partido no seu conjunto e, eu penso, amplas alas da esquerda também mudaram a sua forma, o seu jeito de pensar. Desbloquearam-se em várias coisas. Romperam o dogmatismo, o artificialismo, o formalismo das relações políticas. Esses setores passaram a questionar determinadas coisas como o conceito de democracia e a questão do Estado. Nós fomos vendo que, neste processo, as balizas de um governo de esquerda que realmente plante para a construção do socialismo são duas, sem simplificar: a desprivatização do Estado, da máquina pública, que não pode atender ao interesse das pessoas e dos partidos do governo ou dos grupos econômicos e sim o público, e a desestatização da sociedade, através de um Estado, de uma máquina pública não acachapante, que não se abata sobre o cidadão, inibindo sua criatividade, sua diferença, sua peculiaridade. A máquina pública tem que ser alguma coisa que permita ao cidadão se expressar livremente em todos os sentidos. Então, estas duas balizas, elas foram se clareando para nós no processo e eu penso que são coisas instigadoras para nós da esquerda, nós cristãos radicais, socialistas, comunistas que compomos o PT e os demais partidos que formam a Frente Popular.

Os acertos da Administração Popular tiveram repercussão nacional. Uma pesquisa divulgada pelo Datafolha mostrou que 55% dos porto-alegrenses classificavam-na como boa ou ótima. No PT, houve esta mesma aceitação? Como

foi a relação partido/administração durante esses anos?

Tentamos adequar a relação entre as instâncias do partido e as instâncias da AP, para onde foram eleitos quadros do partido com a tarefa de administrar a cidade. Eu acho que todos nós aprendemos. Fomos vendo que, primeiro, o governo não é uma instância do partido. Por outro lado, não está solto do partido. Não fomos uma correia de transmissão do partido porque não esperávamos suas decisões para decidir as coisas da cidade. No caminhar, nós fomos vendo que são esferas que se interpenetram, mas tem as autonomias relativas. Foram se constituindo instâncias de inter-relação constante e qualificada entre os quadros que tinham a tarefa de governar a cidade e os que participavam das instâncias de deliberação do nosso partido. Então, foi uma relação rica. Nunca uma relação que nós possamos caracterizar como linear, falsamente harmoniosa, escamoteando coisas. Não. Ela foi sempre uma relação discutida, aperfeiçoada, qualificada. Acho que nós, de Porto Alegre, fomos um bom exemplo de como construir as relações adequadas entre as instâncias do partido com a tarefa de governar com outros partidos e com a sociedade.

Alguns setores da esquerda garantem que o PT está se social-democratizando. É correta essa afirmação?

Bom, eu sempre temi essa bipolarização ou essa contradição simplificada, binária de: ou a reforma, ou a revolução. E isso é antigo na esquerda. Eu acho que nós não temos que ter vergonha de dizer que somos reformistas. Enquanto governo nós não podemos fazer a revolução e não podemos deixar de ser governo. Somos um partido que disputa o poder e sabemos que não temos na sociedade brasileira acúmulo para dizer que nós só podemos chegar no poder através da revolução, que tudo se transforme em dez dias ou em pouco tempo. Então nós temos que ir construindo paciente, perseverante e revolucionariamente a realidade. Mas é preciso compreendê-la, conhecê-la em detalhe. Para transformarmos a realidade, temos que estar no governo, apropriando-nos dessa experiência que antes era patrimônio da direita. É claro que não podemos nos contentar em sermos governo, em colocar um bica de água, o asfalto na vila, a moradia popular. Tudo isso é preciso fazer de forma planejada, consequente, direta.

O socialismo real sempre teve nossa objeção. O PT surgiu, inclusive, em razão de dizer que a classe operária não tinha padrão ideológico, não tinha apenas uma única maneira de fazer a revolução e nem o socialismo ia ser realizado por mero propagandismo, mero discurso, ou esquemas de controle de aparelhos. Sempre questionamos essas questões e, portanto, achamos que o nosso partido hoje é um referencial para a esquerda no seu conjunto. Temos muito o que aprender ainda de companheiros que, às vezes, acham que não tem nada a ouvir de nós. Temos muito o que ouvir de muitos companheiros do campo da esquerda, socialistas, comunistas que queiram repensar conosco uma série de questões sobre o destino da humanidade, sobre a sociedade que nós queremos e de como fazer, na realidade, esta utopia generosa da sociedade socialista. Então, eu não tenho vergonha de dizer que nós temos que fazer reformas sim. Quando tu asfalta uma única rua numa vila popular tu não resolveu todos os problemas daquela vila. Mas, se tu fez isto com o povo participando, definindo aquilo prioridade, com o povo determinando onde tem que fazer o asfalto, com o povo fiscalizando a ação do governo, tu desencadeou um processo. Através de uma reforma tu desencadeou um processo transformador e revolucionário. Lógico que nós não podemos nos contentar com a reforma.

Se tu tivesses que dar um alerta, um conselho para o PT, qual seria?

Um alerta para PT é de que agente não deixe de ser radical, mas sem ser sectário. A radicalidade do PT é nunca deixar de ir as raízes dos problemas do povo brasileiro. E a raiz dos problemas do povo brasileiro estão na miséria, na concentração de renda e de poder na mão de poucos, na concentração da propriedade, na utilização da máquina pública para satisfazer os interesses desses grupos privilegiados. O PT tem que ir construindo, enquanto governo e enquanto partido inserido na vida do povo, formas do cidadão apropriar-se do conhecimento sobre o funcionamento da máquina e de influir sobre ela e sobre os governantes, estando ou não no governo. □

Patrícia Pessi é jornalista

São Paulo, quatro anos depois

FELIX SANCHEZ

Esta contribuição ainda de caráter inicial ao balanço da gestão do PT à frente da Prefeitura de São Paulo visa auxiliar o debate preparatório do 8º Encontro Nacional. Visa também fornecer à militância dos municípios onde o PT elegeu, ou reelegeu, prefeitos, ou onde participa de governos municipais, subsídios para a elaboração de uma ação de governo de acumulação de forças e de fortalecimento da luta pela transformação socialista da sociedade. Além disso, o PT, forte concorrente na disputa das eleições presidenciais de 1994, fez em São Paulo, terceiro orçamento da União (3,5 bilhões de dólares), o teste mais próximo ao exercício do governo federal.

Os ensinamentos da experiência de quatro anos no governo da principal cidade do país são decisivos, finalmente, para a *reconciliação*, cada vez mais difícil no último período, *da ação institucional do PT com a luta social*, destacando a centralidade da atuação partidária para a constituição de um movimento político de massas de caráter democrático e popular. São Paulo é paradigmática por expressar de forma transparente a importância da *complementariedade entre a direção partidária e o núcleo de poder no governo e da disputa política como elemento de comando na ocupação do espaço institucional*. Trata-se da base para qualquer esforço de implementação do programa partidário, um tema que por vários momentos foi objeto da falsa polêmica sobre a "autonomia" e "independência" dos mandatos populares conferidos aos prefeitos petistas.

Conquistas e limites da gestão

O PT assumiu o governo municipal em São Paulo cercado por grandes expectativas. Uma mulher, nordestina, solteira, assumia um cargo de projeção nacional. Uma pesquisa realizada pelo CEDEC/DataFolha, publicada pouco depois da posse, demonstrava a expectativa de participação política e de solução de contradições sociais, econômicas e culturais acumuladas ao longo de décadas.

Passados os quatro anos da gestão é possível identificar o terreno da política social como a área onde a administração democrática e popular obteve seus melhores resultados. Houve uma nítida prioridade para o investimento e o aparelhamento em matéria de recursos físicos e humanos dos equipamentos públicos, nas áreas da saúde, da educação, do abastecimento, da cultura, do lazer e do esporte e do bem estar social.

Houve uma melhoria substantiva em áreas sociais críticas como a de saúde onde, além de equipar e estender a rede de postos e hospitais, foram implementadas políticas dirigidas para setores específicos. A criação dos programas de saúde do trabalhador, da mulher e de Aids constituíram marcas de um projeto de qualificação dos serviços públicos que expressa uma compreensão sobre a cidadania e os direitos sociais mais completa do que outras gestões.

Orientação semelhante houve no setor de educação através da retomada de toda uma trajetória de conquistas que docentes e usuários da rede municipal tinham acumulado sob a gestão Mário Covas, posteriormente desmontada pela administração Jânio. Isso foi combinado com a adoção de programas que aprofundaram o próprio significado da educação pública: o investimento na elevação de qualidade da merenda escolar, a criação do ambicioso programa de alfabetização de adultos e jovens (o MOVA), a adoção de um novo regimento escolar que superou o conceito de ensino em séries e introduziu a avaliação por ciclos, o esforço de ampliação da oferta de matrículas e a prioridade para a formação do magistério. A redução nos índices de evasão e de reprovação demonstraram a vitalidade de nosso projeto educacional. A regulamentação dos conselhos de escola e a implantação progressiva dos conselhos regionais de educação com a participação dos trabalhadores da escola e a comunidade foi outro elemento importante dessa experiência.

Mas a melhoria nos padrões de qualidade dos serviços vinculado a democratização do acesso e da gestão foram limitadas, de outro lado, devido a falta de uma reforma administrativa que fosse capaz de quebrar a lógica dos lobbies

e corporações responsáveis pela privatização dos serviços públicos municipais. Isso ocorreu no plano das licitações, das compras, do cartel do lixo e dos mecanismos de fiscalização em geral. A passagem do PT pela administração permitiu entender melhor que a falta de eficiência do setor público está intimamente ligada à prestação de serviços de baixa lucratividade e a sustentação de cartéis e corporações que utilizam o aparelho estatal para maximizar a rentabilidade de negócios por fora das condições de mercado.

O fracasso nos transportes

Neste sentido, uma menção especial cabe ao problema do transporte público e a implementação da sua "municipalização". Foi exatamente neste terreno, área de maior visibilidade e, em tese, maior capacidade de manobra das prefeituras, onde acumulamos mais contradições e dificuldades. A falência do financiamento público dirigido ao setor, as fortes pressões em favor da privatização do serviço e a situação crítica da CMTC serviram de pano de fundo para vários ensaios de melhoria do serviço.

O partido tinha acumulado, previamente à conquista do governo, apenas diretrizes gerais que apontavam a necessidade de avançar-se no sentido da tarifa social e da estatização completa do sistema. Mas os técnicos petistas da área defendiam a adoção da municipalização, com o sistema de caixa centralizado pela prefeitura e pagamento às empresas por quilômetro rodado, que já havia sido implementado por Jaime Lerner em Curitiba, argumentando que ele implicava num maior controle da prefeitura sobre a prestação dos serviços. Isso acabou sendo oposto à perspectiva de avanços na estatização.

A implementação efetiva da municipalização, em 1991, após uma complicada negociação com o empresariado do setor, foi uma tentativa de responder às pressões da opinião pública que exigiam mais conforto e qualidade para os usuários. Foi, também, objeto de fortes enfrentamentos do partido e de uma parte importante da bancada de vereadores com a administração. A aprovação do substitutivo da direita que regulamentava os contratos continha dispositivos que remuneravam o capital investido no setor de maneira "generosa". Paulo Maluf fez deste aspecto do projeto um mote de campanha acusando a administração do PT de implantar na cidade "um capitalismo sem riscos". O PT votou em maio de 1991 uma resolução sobre o tema recusando a municipalização nos moldes aprovados pela Câmara com o apoio da direita e a participação ativa do governo.

A democratização bloqueada

Mas foi no terreno da democratização do Estado, de sua reforma radical e do enfrentamento dos mecanismos convencionais de gestão e de decisão que o governo de Luiza Erundina evidenciou a falta de compromisso com as definições do partido e da própria campanha. Exemplos disso foram: o crescente esvaziamento dos esforços de participação popular nas definições do orçamento, a inexplicável recusa do governo de regulamentar as formas de participação popular na gestão de equipamentos e serviços municipais, consagrada na Lei Orgânica; a paralisia face a constituição efetiva de mecanismos de descentralização do poder a nível regional, expresso na recusa ao fortalecimento dos governos locais, e a extinção dos Núcleos Regionais de Planejamento; e o tratamento legalista e protelatório

A experiência de São Paulo é paradigmática da importância da articulação entre o partido e o governo.



A administração de São Paulo não pode, na medida em que banuiu o conflito, travar uma disputa de hegemonia na cidade.

dado à reforma administrativa. Isso foi uma opção consciente de política de governo.

O governo municipal avançou como poucos no desenvolvimento de uma política urbana que desse conta da complexidade da metrópole, através da recuperação das áreas centrais e da preocupação com o problema da manutenção da cidade, assunto particularmente importante nas regiões de urbanização mais consolidada. Mas teve dificuldades para romper com o modelo de organização do poder municipal construído pelas elites na década de 50. *Confundi largamento do campo de alianças com conciliação com formas conservadoras de gerir a cidade e seus interesses conflitantes.* Isto se expressou fortemente na despolitização e desvalorização a que foram submetidas todas as formas de regionalização do governo, como as administrações regionais e os governos locais, assim como a opção pelo reforço político das secretarias-meio - finanças, planejamento, governo - e a manutenção da forte setorialização das áreas-fins.

Essas contradições impediram à administração petista desmontar as múltiplas facetas da megacidade, com suas diversas identidades e a heterogeneidade social, econômica e cultural de seus vários sujeitos, expressa na constituição de foros de negociação com a sociedade civil. A administração não pode assim capacitar-se para o esperado "salto de qualidade" na disputa de hegemonia. Afinal, o conflito já fora banido! O adiamento da reforma política do aparelho estatal, a ausência de canais de participação efetivos e o abandono das prioridades de governo definidas pelo partido resultaram na adoção de uma orientação que perpetuou a estrutura setorializada e despolitizadora - em resumo, burocrática - da gestão.

Ambiguidades iniciais

Uma das chaves que permite compreender o insucesso político da gestão Erundina exige recuperar a dinâmica interna que marcou a evolução do seu núcleo de poder e suas relações com a direção partidária. Voltando os olhos para 1988, ainda na disputa das pré-candidaturas, Luiza Erundina enfrentou e venceu na prévia o candidato da maioria da direção nacional do partido, Plínio de Arruda Sampaio, apoiada num vasto leque de forças internas ao PT que se colocavam à sua esquerda. Ela mesma, a Luiza, no calor da acirrada disputa interna chegou a se definir "marxista revolucionária". Depois da vitória sobre Maluf em novembro de 1988, na inesquecível noite de comemoração na avenida Paulista, Luiza e seu vice, Luiz Eduardo Greenhalg, anunciavam o começo da "revolução socialista" no Brasil.

O novo governo democrático popular de São Paulo prometia uma revolução nas consciências e nos valores através do resgate de novas formas de exercí-

Há uma correspondência entre os deslocamentos políticos no governo e a recomposição no interior do partido.

cio da atividade política. Nunca se escreveu nem se debateu tanto sobre conselhos populares e participação popular. Um assunto que ganhou espaço na mídia.

Durante o primeiro ano do governo, a administração petista adotou iniciativas no plano político que espelhavam a composição e a orientação inicial do governo, que compunha em seu primeiro escalão, entre secretários e Administradores Regionais, a quase totalidade das forças internas do partido. São exemplos disto: o apoio à greve geral de março de 1989, o grande debate popular sobre orçamento realizado através de plenárias populares, o tratamento do conflito com o funcionalismo municipal, onde o governo convocou lideranças sindicais e populares para a discussão de saídas para a situação, a manifestação em frente a Caixa Econômica Federal para exigir a liberação de verbas, e outras.

A composição inicial do governo acabou desenvolvendo um conjunto de contradições e de ambiguidades que marcarão sucessivas crises do núcleo de poder do governo com o partido e cuja alteração significou um progressivo processo de recomposição em direção às posições mais à direita na condução da prefeitura.

Na raiz desta recomposição, está a reação de vários setores do PT às transformações no cenário nacional e internacional depois de 1989. O colapso dos regimes do Leste Europeu e seus efeitos sobre o movimento socialista, a ofensiva neoliberal deflagrada dentro e fora do país e a ascensão do Collor à presidência acabaram provocando realinhamentos ao nível das correntes do partido. Assim, o deslocamento político do núcleo da administração de São Paulo foi um processo que se correspondeu e, em certa medida espelhou, o surgimento da corrente "Projeto para o Brasil". Em 1991, na época do Congresso do PT, o núcleo dirigente do governo tinha aprofundado um curso de afastamento em relação à ampla maioria do partido, particularmente na capital.

A dinâmica de poder no governo

De um ano de 1989 marcado por hesitações e ambiguidades, o governo da Luiza Erundina experimentou, no decorrer de 1990 e 1991, um forte deslocamento para posições que crescentemente confrontaram-se com as propostas do partido. Assim ocorreu com a reforma administrativa, com o encaminhamento dado à municipalização do transporte, com a negociação da reforma tributária e da tarifa zero. A opção de governo administrativista e tecnocrática não se colocou de uma vez só, ela expressou um processo de reaglutinação de vários segmentos do partido. A saída de Luiz Eduardo Greenhalg, em novembro de 1989, e pouco tempo antes, a de Tereza Lajolo, da pasta dos Transportes, fatos que foram seguidos pela exoneração de Edson Cardoni, da corrente O Trabalho, da PRODAM, e pela indicação - contra a vontade expressa do partido - de Chico Malfitani para a assessoria de comunicação da prefeitura, deram os primeiros sinais de que a prefeita ensaiava novas parcerias para o exercício do poder. Durante o ano de 1990, esse rumo seria aprofundado com a crise no setor do transporte que resultou na retomada pelo grupo próximo a

prefeita de uma área estratégica. A exoneração de Aldaíza Spossatti da Secretaria das Admi-



nistrações Regionais e a constituição da Secretaria Especial da Reforma sob a coordenação de Sérgio Renault, também vinculado à prefeita, fecharam um ano que "arrumou a casa" garantindo o controle de toda a formulação e desdobramento da política pelo grupo diretamente vinculado à Luiza Erundina.

A prefeita e seu núcleo de poder ensaiaram, a partir daí, um caminho próprio, expresso numa política conciliatória com o governo Fleury e com o governo Collor, materializada numa autonomia maior em relação ao partido. Mas o isolamento político interno, partidário e dos movimentos articulados no campo democrático popular, foi acompanhado da perda de prestígio e de imagem da administração. Luiza Erundina conheceu, quando das enchentes que castigaram São Paulo no primeiro semestre de 1991, seus piores índices de popularidade.

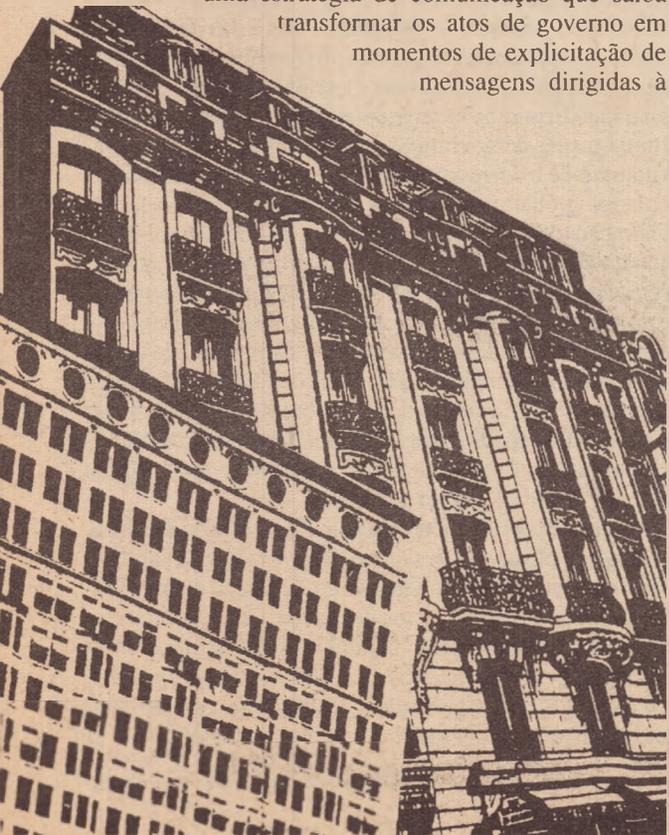
O último esforço

A derradeira tentativa do partido de introduzir mudanças de rumo na administração ocorreu em maio de 1991, quando a Plenária Municipal do PT da capital votou uma resolução que fazia um "balanço global negativo do governo Erundina" e concomitantemente formou o conselho das três instâncias (nacional, estadual e municipal). A pressão do partido não foi suficiente para produzir a solução desejada pela maioria, mas resultou na indicação de Gumercindo Milhomem para um cargo na assessoria da Luiza. A "solução de compromisso" resultante desse processo expressou de maneira crua a profunda exterioridade com a qual governo e partido acabaram por se relacionar. Gumercindo assumiu, nas suas próprias palavras, como um "ombudsman" (ouvidor do povo, no caso do partido) da direção partidária. Na verdade um "embaixador" responsável pelo acompanhamento das relações do partido com a prefeita Erundina.

Mas esta solução de compromisso não tardou em ser atropelada pela condução que o governo deu ao conflito com os trabalhadores do setor de transporte, que culminou na greve e na prisão de ativistas, e na chantagem feita pela Luiza Erundina face à crítica do partido a sua atuação, ameaçando deixar o PT se o partido não revertesse sua posição (uma prática que já tinha antecedentes e espaço no partido, pelo tratamento que a Direção Nacional deu ao mesmo tipo de chantagem feita por Maurício Soares, de São Bernardo do Campo). Neste quadro, a demissão de Gumercindo Milhomem do cargo que ocupava no governo municipal não se tornou em fator suplementar do abalo das relações do partido com a prefeita devido a sua indicação para vice na chapa do Suplicy para a prefeitura, em maio de 1992.

Quais são os sujeitos do nosso projeto?

A constituição de uma sólida rede de alianças sociais e políticas capaz de alavancar a ampliação da base social do partido e do campo democrático popular numa sociedade de massas fortemente estratificada e, ao mesmo tempo, intensamente socializada pelos meios de comunicação massiva e pelo cosmopolitismo dos padrões de consumo exige a adoção de uma estratégia de comunicação que saiba transformar os atos de governo em momentos de explicitação de mensagens dirigidas à



Cronologia do governo Erundina

1989

Janeiro: dia 1º Posse; dia 20: seminário com administradores regionais. Compromisso de implementação da descentralização com base nas ARs, ainda em 1989; Ocupação de conjuntos da Cohab por movimentos populares; invasão do centro por ambulantes.

Março: Greve geral contra o Plano Verão, manifestação pública de apoio.

Mai: 4º Encontro Municipal do PT. Primeiras críticas à condução do governo; a corrente O Trabalho começa a se distanciar da prefeitura; A nova direção do partido critica publicamente o aumento da passagem de ônibus decretado pelo governo

Junho: Plenárias Populares para discussão do orçamento. As Administrações Regionais (ARs) começam a constituir comissões populares por micro-região; A Secretaria de Vias Públicas anuncia plano de pavimentação de 250 Quilômetros de ruas de terra na periferia. A meta não foi cumprida nem em 10%.

Agosto: Greve do funcionalismo municipal. Assembléia do governo com líderes grevistas e de movimentos populares. Acordo e manifestação frente à Assembléia Legislativa encabeçada pela Prefeita. Constituição do Conselho Político entre partido e administração.

Setembro: Seminário sobre descentralização. Face ao projeto construído pela Secretaria de ARs e os próprios administradores, o governo recua da intenção de implementar medidas de descentralização imediata. Transferência da discussão para a Secretaria da Administração que analisava a reforma administrativa.

Outubro: Demissão de Tereza Lajolo e seu grupo da área de transporte. Setores ligados à corrente Articulação assumem o setor. Ademar Gianini na Secretaria, Paulo Azevedo na CMTC. João Carlos Alves assume a secretaria do abastecimento; Desmoroamento da favela "Nova República". Maluf, candidato, utiliza o episódio com o mote "imcompTência".

Novembro: Denúncias de Caiado provocam exoneração do vice-prefeito Luiz Eduardo Greenhalg, acusado injustamente de tráfico de influência para favorecer a candidatura de Lula. Erundina argumenta "quebra de confiança".

Dezembro: O governo realiza sua primeira avaliação sem participação do partido. Nela, Perseu Abramo anuncia seu afastamento do setor de comunicação.

1990

Abril: 5º EM do PT. Resolução crítica "administrativismo".

Mai/Junho: 7º EN vota resolução sobre as prefeituras; Reorganização da assessoria da prefeita; O DM formaliza veto à indicação do Malfitani para dirigir área de comunicação.

Julho: Debate da proposta de orçamento com a população. Recusa do governo a encampar proposta de formação de comissões populares de fiscalização do orçamento. O governo se limita a realizar audiências públicas informativas sobre a questão. A prefeita não comparece a nenhuma audiência popular; Debate sobre reforma administrativa no impasse. Secretaria da Administração não consegue fechar proposta de nova estrutura de governo. A polêmica é o estatuto das Subprefeituras, ou seja, o grau de descentralização do governo.

Agosto: Escândalo das "arruelas" derruba a direção do setor de transporte, Paulo Azevedo, presidente da CMTC, é denunciado por corrupção. A prefeita assume o controle do setor, indica quadros de confiança pessoal para a direção da secretaria e a CMTC; O governo se define pela descentralização como modelo de reorganização da máquina e inicia o processo criando uma Secretaria Especial da Reforma. A proposta e as mudanças ficaram no papel aguardando a aprovação do projeto de lei pela Câmara.

Outubro: Luiza articula apoio a Fleury no segundo turno da eleição para governador.

Novembro: Encontro Estadual do PT aprova resolução que defende o voto nulo na eleição; Aldaiza Spossatti é exonerada da SAR. José Carlos Pegolaro é o substituto.

Dezembro: Avaliação do segundo ano de governo, sem a participação do partido.

1991

Fevereiro/Março: Grandes enchentes provocam desabamentos, morte e destruição na cidade; Greve de condutores dura 6 dias. A prefeita faz pronunciamento pela TV e ameaça demitir os grevistas; A popularidade da prefeita no fundo do poço.

Mai: Plenária municipal do partido vota resolução **Construindo um modo petista de governar**, que faz um "balanço global negativo" da administração avalia a gestão e propõe programa de mudança. Ela exige a implantação de um governo de coalizão na prefeitura. O PSDB é objeto de sondagens pelo governo.

Julho: O PSDB, e o PSB anunciam que não irão participar do governo enquanto partidos.

Agosto: Maria Helena Gregori e Márcio Junqueira, do PSDB são convidados a participar do secretariado. Os vereadores do PSB e PDT indicam administradores regionais.

Setembro: O Tribunal do Contas do Município rejeita as contas do governo referentes a 1990. Um grande movimento em defesa da Prefeita é organizado. Com os votos de parte do PSDB e do PMDB acaba rejeitando o parecer do TCM.

Dezembro: O PT fica pela segunda vez fora da mesa da Câmara. Aliança do PSDB e do PDS derruba acordo com bancada do PMDB; Reforma tributária apoiada em forte expansão do IPTU é aprovada pela Câmara; Proposta orçamentária do governo prevê um grande aumento de gastos sociais e obras na periferia lastreados no IPTU.

1992

Janeiro/Fevereiro: Direita e setores de centro aproveitam insatisfação com o novo IPTU para deslanchar campanha "Votou no PT. Tomou no IPTU". Progressividade é contestada na Justiça; Conluio do governo Fleury com a Justiça inviabiliza a cobrança do imposto. Administração perde U\$ 400 milhões. Plano de obras fica comprometido.

Abril/Mai: VI Encontro Municipal do PT escolhe Eduardo Suplicy candidato; Condutores de São Paulo exigem cumprimento de acordo salarial assinado. Administração argumenta problemas de caixa. eclode a greve. Mais de 500 demissões. Violência e prisões contra grevistas. O Diretório Municipal condena os excessos cometidos pela administração. A prefeita ameaça sair do partido.

O partido soube rasgar o véu de um projeto político estranho ao PT.

população desinformada. Isso não foi feito em São Paulo, onde a administração tampouco soube utilizar o seu imenso poder de barganha e seu orçamento para viabilizar o acesso às rádios.

A ampliação da base de apoio do governo exigia uma política de confronto com os governos estadual e federal e com setores da elite e o simbolismo muito forte de um governo capaz de defender os interesses dos setores explorados e marginalizados da sociedade, que não podia ser construída a partir da preocupação central e quase exclusiva com os setores médios. No mesmo sentido, jogou a política financeira e orçamentária que não soube priorizar a realização de obras e melhorias na periferia, como aconteceu com o estrondoso fracasso dos planos de pavimentação que mobilizaram milhares de pessoas da periferia mais carente e que não tiveram retorno por causa da ausência de um planejamento estratégico das prioridades. Isto aconteceu em 1989 e 1990, corroendo fortemente a autoridade política do governo aos olhos de setores despolitizados da classe trabalhadora. Além disso, a política adotada na questão do IPTU, especialmente em 1992, jogou amplos setores da classe média e dos pequenos empresários contra o governo.

A atuação do governo no enfrentamento dos conflitos com o movimento do funcionalismo foi marcada pelo despreparo e pelo descaso com a organização independente dos trabalhadores, chegando ao recurso do autoritarismo e das punições injustificadas, como ocorreu na última greve dos condutores em 1992. Foi um episódio que marcou mais um momento de enfrentamento do partido com a administração.

É preciso resgatar, como contraponto tópico aos equívocos acumulados no plano das relações trabalhistas, a implantação do Estatuto do Magistério e o programas de valorização do pessoal da área da Saúde.

Tudo isto fez com que o governo democrático e popular não conseguisse introduzir mudanças de peso e de qualidade na relação entre governantes e governados. Nossa capacidade de disputa de hegemonia estava estreitamente ligada ao desenvolvimento de relações políticas de novo tipo, mais democráticas, menos alienantes, abertas à participação ativa, ensejando um conceito de cidadania mais completo através do reconhecimento de "novos direitos".

Administrar sem governar

Para enfrentar o inimigo de classe, mesmo ocupando uma parcela importante do seu próprio aparelho estatal, não se pode recolher as armas. Para usar a feliz expressão de David Capistrano em entrevista ao **Em Tempo** nº 263, "existe uma luta para reduzir a nossa capacidade de governabilidade e nós vamos tentar ampliá-la, para que estratos das massas populares que estavam sob a direção ideológica, cultural e política das classes dominantes reconheçam que os seus interesses estão em somar-se a nós. É uma luta que às vezes assume forma de

tensões agudas entre executivo e legislativo, entre executivo e imprensa... Devemos lutar não para administrar, mas para governar, para ser governo. Para isso temos que travar uma luta contínua. Até porque representamos classes e setores sociais que são destituídos de poder na sociedade".

A conquista da consciência da população trabalhadora para um projeto partidário jamais pode se realizar apenas ou principalmente como reconhecimento de nossa competência administrativa. A adesão a um projeto político de transformação da sociedade pode e deve se apoiar em nossa capacidade de, nos cargos executivos, assegurar melhorias visíveis nas condições de vida da população. Mas somente pode ser efetivada a partir da luta política que travamos e da incorporação de parcelas cada vez maiores da população aos espaços de fiscalização e exercício do poder. Para isso o governo, inclusive municipal, pode ser um instrumento fundamental.

Apenas inicialmente essa gestão se propôs fazer do governo municipal um instrumento de luta pela hegemonia na cidade. E foi essa incapacidade de diferenciar o governo, instrumento de disputa da hegemonia, e administração, como aplicação de recursos limitados na melhoria das condições de vida da população (nun quadro de grave crise econômica), o elemento principal que conduziu à derrota política da gestão petista em São Paulo.

Para manter aceso o espírito combativo e a disposição de luta são necessárias condições que alimentem a capacidade da militância, não somente partidária, mas também uma vanguarda social mais ampla, a resistir e construir a rede de contrapoderes e de instrumentos de disputa política e ideológica capazes de afiançar um projeto alternativo de sociedade. Elementos que em São Paulo o governo democrático e popular não conseguiu construir.

A crise de direção da prefeitura

Compreender as razões que explicam o insucesso político e estratégico da experiência do PT na cidade de São Paulo exige uma análise mais demorada e, sobretudo, fruto de um debate coletivo ao interior das instâncias partidárias e com lideranças e movimentos sociais aliados. Ela se inscreve num momento particularmente crítico da vida partidária e, nesse sentido, guarda semelhança com outras experiências. Mas pode ser importante avançar algumas hipóteses sobre a especificidade da experiência paulistana para retirar algumas lições preliminares visando o futuro.

Em primeiro lugar, a progressiva perda de influência partidária sobre o núcleo dirigente do governo parece ter limitado a própria capacidade dele produzir um projeto político mais consistente. O afastamento de figuras do primeiro escalão claramente identificadas com os vários segmentos que compõem o vasto leque de forças representadas na direção partidária; o hegemonismo dos setores mais ligados à prefeitura que acabaram por monopolizar a quase totalidade dos cargos de decisão política e seu escasso peso partidário inviabilizou seu próprio projeto de direção política.

O fortalecimento e a centralização das secretarias-meio e a desqualificação política das secretarias-fins e das administrações regionais atestam a falência de um projeto marcado pela hipercentralização, burocratismo e tecnicismo. O fracasso da administração Erundina expressou as dificuldades de sucesso de administrações democráticas e populares carentes de complementariedade e correspondência com a direção partidária.

O balanço global negativo que a militância petista fez da administração democrática popular expressa não apenas o questionamento da orientação dada ao governo pelo seu núcleo de poder. Ele simboliza também uma autocrítica, necessária e dolorosa, pela opção conciliatória adotada pela maioria do partido frente a autonomização de seus prefeitos e parlamentares. A experiência de São Paulo (e de várias outras prefeituras) deve estimular o debate sobre os rumos da construção partidária após o convívio dramático com a resolução da Direção Nacional do PT que deu aos seus prefeitos "a última palavra" nos conflitos com o partido.

A traumática experiência vivida pelo PT na capital mostrou, como elemento positivo, a resistência do partido a se subordinar ao governo municipal, mantendo uma posição de independência e de crítica em momentos decisivos. Cometeu equívocos, confundiu os termos da disputa mas soube apontar os elementos que permitiram rasgar o véu de um projeto político estranho ao PT que, por começar a proliferar no partido e em várias experiências municipais, é urgente combater. □

Félix Sanchez é membro da Executiva do PT de São Paulo



Congresso da CNTE

RAFAEL FREIRE

Realizado no Rio de Janeiro, no período de 7 a 10 de janeiro, o congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), foi o primeiro evento nacional, em 1993, de uma entidade filiada a CUT. Com cerca de 2.000 delegados, representando 29 sindicatos de trabalhadores em educação de todo o país, o congresso da CNTE representou um espaço importante de discussão política e exercício para construção de propostas e ações práticas que consigam responder a agenda posta para os trabalhadores em educação no atual período.

Inserido num quadro de crise do movimento sindical, que se reflete no ataques as conquistas dos trabalhadores, a reestruturação no setor produtivo, violento ataque aos serviços públicos, a incapacidade das direções sindicais em afirmar um projeto alternativo, privilegiando as disputas internas e de aparelho e um forte questionamento na própria base sobre as formas de lutas que tem se mostrado insuficientes para a categoria, vide as derrotas na maioria das greves ocorridas no último período. A aplicação do projeto neoliberal passa pelo ataque a educação, através do sucateamento da escola pública, de completo desrespeito e desvalorização aos profissionais em educação. Além disso temos uma "cultura sindical" que muitas vezes transforma o congresso da entidade num espaço de demarcação política, tendo a disputa do aparelho como objetivo principal.

O congresso da CNTE viveu o que podemos chamar de duas posturas frente aos desafios postos: a primeira que generaliza realidades diferentes ao interior da CNTE, transportando experiências negativas de outras entidades sindicais e, a partir daí, estabelece uma relação mecânica, se desresponsabilizando do compromisso cotidiano da entidade, optando pelo debate e disputa congressual (que é importante), mas que apresenta poucas alternativas frente a pauta de problemas do setor, deixando pouco claro as responsabilidades enquanto parte integrante da direção; a segunda postura, tem como prática a construção de uma síntese de propostas políticas e o trabalho concreto enquanto direção para consolidação da instância sindical, ou seja, os fóruns da CNTE, para elaboração e implementação dessa síntese. Isso não ocorre apenas na "boa intenção" de determinada corrente política, mas, na prática diária de convivência, no debate sistemático (não apenas em congressos), na mediação de pontos possíveis, na confiança mútua e, sobretudo, no respeito as opiniões diferentes a nossa.

A construção da direção

Avaliamos que essa foi a postura dos(as) companheiros(as) da CUT Pela Base, que estiveram presentes nas últimas direções da CNTE, credenciando nossa corrente sindical, mesmo não sendo majoritária, como efetiva direção, reconhecida por amplas parcelas da categoria.

A realidade específica da CNTE, onde temos o acúmulo de atuação conjunta, na defesa da construção da CNTE com um perfil sindical, na defesa de uma política educacional e na luta pela aprovação da LDB, em diversos cursos e seminários de formação, na estruturação da entidade através de suas secretarias, em planos de lutas unitários, a uma convivência democrática no interior da entidade etc., nos permitiu exercitar nesse congresso, a construção de uma política de alianças que tivesse dois eixos fundamentais: o primeiro, que resgatava o trabalho desenvolvido, por setores que assumiram de fato a postura descrita acima; o segundo, assume perspectivas mais estratégicas de constituir condições para consolidação de uma direção na CNTE que responda as tarefas do período.

Tal orientação e execução dessa política, gerou divergências no interior da CUT Pela Base, principalmente nos setores não petistas, que defendiam uma política de alianças que tivesse como perspectiva principal a demarcação com o setor majoritário, reunindo um leque de forças que pouco tem em comum na construção da CNTE. Porém, tal política não é restrita a CNTE, e nela está embutida uma concepção que tem desdobramentos estratégicos. Esse debate está em curso na

CPB e se reflete nas diversas frentes de atuação (ver matéria: *Nova fase, novas tarefas*, *Em Tempo* nº 263).

Necessário se faz reafirmar, que a nossa participação, nossas propostas e os encaminhamentos estavam de acordo com a avaliação que fazíamos das condições específicas que estavam dadas no interior da CNTE.

As tarefas colocadas

A implementação das resoluções do congresso do Rio, é a principal tarefa da atual direção, ressaltamos entre elas, a necessidade do aprofundamento do debate e medidas concretas quanto a constituição do ramo de atividade, a relação com os trabalhadores em educação do terceiro grau, do setor privado, dos municipais e a relação com a CUT, enquanto estrutura vertical. Outro ponto fundamental é a unificação das lutas do setor, possibilitando vencer o atual quadro de dispersão, a luta pela defesa da escola pública democrática e de boa qualidade, a revitalização das estruturas da CNTE, notadamente o conselho nacional de entidades. Avaliamos que para a CNTE se afirmar enquanto entidade sindical tem que enfrentar e procurar apresentar alternativas a cerca do papel que ela deve cumprir com relação ao contrato coletivo de trabalho, discutindo com as entidades estaduais e se credenciando como direção real do setor. Nortearmos nossa participação na atual direção da CNTE, no sentido de contribuir para a execução de tais tarefas. □

Rafael Freire é diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

A construção da direção da CNTE deve se dar a partir da experiência concreta acumulada pelas direções anteriores.



Os números do congresso

Chapa 1: Articulação Sindical + Maioria da CUT Pela Base + NE(RN) = 903 votos (57,73%); 10 cargos na Executiva

Chapa 2: Corrente Sindical Classista + PDT + PSDB = 361 votos (23,08%); 4 cargos na Executiva

Chapa 3: CS + OT + FS + Minoria da CPB + outros grupos minoritários = 300 votos (19,18%); 3 cargos na Executiva

Principais votações:

Tese guia: aprovada por maioria da Tese da articulação Sindical seguida da CSC e CPB

Proporcionalidade qualificada: CPB

+ CSC + CS + OT + FS + PDT + PSDB + outros grupos minoritários, venceu por 3 votos contra a proposta da Articulação Sindical de proporcionalidade simples.

A proposta defendida pela Articulação Sindical + CSC + PDT + PSDB de independência em relação ao governo Itamar, venceu contra a proposta apresentada pelos demais setores de oposição sistemática ao governo Itamar.

Questões educacionais: todas as emendas da CPB foram incorporadas pela tese guia, com polarização entre a AS + CPB contra o PDT e a CS em relação a defesa da LDB.

Passos na construção petista

GUSTAVO CODAS

Para enfrentar os impasses prolongados do movimento sindical cutista e encarar as “novas tarefas”, como tem sido discutidas por outros companheiros em artigos anteriores (ver *Em Tempo* nº 263, pgs. 20-21), é fundamental definir uma agenda para as discussões entre os petistas que militam no movimento sindical. Na definição dessa agenda é necessário combinar dois movimentos:

- a busca da unificação da militância sindical petista sob uma plataforma sindical combativa, que se expresse na atualização da linha sindical do partido e, organicamente, num Setor Sindical do PT,

- a participação ativa e organizada dos militantes sindicais petistas no processo de discussão interno do partido com vistas a definir as posições partidárias no período (marcado pela preparação da disputa presidencial, pelas mudanças institucionais agendadas, pela agudização da crise social, a permanência da política econômica conservadora).

Os obstáculos que se colocam a esta orientação são vários.

Três obstáculos

O ano 1994 aparece vinculado ao grande momento da disputa política nacional: as eleições para presidente. Porém, existe “outro 94”: o do 5º CONCURTO, a ser realizado no primeiro semestre do mesmo ano. A questão vem sendo colocada de maneira invertida: ou há uma disputa entre “candidatos a presidente da CUT-94” (notadamente na Articulação Sindical, corrente majoritária), ou a proposta de formação de blocos políticos cujo ponto de encontro é contrapor à maioria atual (como a proposta desenhada pela Convergência Socialista e o setor não petista da Cut Pela Base). Ambas orientações respondem à sua maneira uma pergunta chave: Qual será o papel da CUT frente a um possível governo Lula-94?

Trata-se de alternativas que se colocam do ponto de vista da disputa de aparelhos, de espaços de “poder interno” e não de resolver os impasses do movimento na disputa de hegemonia na sociedade. Também não partem de um balanço da situação do movimento sindical e das correntes sindicais, e muito menos respondem ao papel da “CUT hoje” - no qual os contendores tem mostrado uma grande falta de perspectivas. Criar um marco de discussão que su-

pere o atual, caracterizado pelas disputas internas da Central, é hoje um fator decisivo. E certamente, não se fará sem disputar com aqueles que vem a questão a partir do “internismo”.

Tem sido pouco atentos ao fato da “pressão institucionalizante” que sofrem os sindicatos (independentemente das correntes) e que é simétrica à do partido. Aqui reside em boa medida a base para uma busca de “autonomização” dos dirigentes sindicais petistas (assim como dos prefeitos, parlamentares, etc) em relação ao partido. Por sua vez, o partido não tem sabido criar espaços orgânicos de participação dos militantes dos movimentos sociais.

Há toda uma série de encontros partidários pautados para este primeiro semestre, finalizando no 8º Encontro Nacional. Serão momentos importantes para iniciar uma nova dinâmica no partido e no movimento.

O panorama do sindicalismo cutista é muito diferenciado ao

nível nacional. Mesmo ao interior de cada corrente as posturas políticas são definidas de maneira bastante diferente dependendo do Estado/região, ramo/categoria, etc. As vezes há combinação de vários elementos. Uma política nacional tem que entender essas mediações, mas não pode se reduzir a elas. Para os militantes petistas que se colocam na busca de soluções à crise atual do movimento, a perspectiva nacional deve se sobrepor às *misérias* do cotidiano sindical atual.

Por onde começar?

Frente a esses obstáculos, é necessário, em primeiro lugar, a realização de atividades dos militantes sindicais do partido, acompanhando a programação interna do PT neste primeiro semestre. Isto não está garantido, já que não há tradição orgânica dos militantes sindicais no partido; mas, também, porque as tensões internas ao movimento hoje são tantas e tão variadas que os espaços partidários podem se transformar em apenas mais uma reprodução de internismo cutista. Faz parte do desafio criar uma dinâmica para essas atividades diferente da forma como se dá a disputa na CUT.

Essas atividades devem se orientar no sentido de atualizar a linha sindical do Partido, criando uma base política mínima para a construção orgânica, assim como para inserir os militantes sindicais nos debates gerais do partido. Na atualização da linha sindical, num primeiro mapeamento, coloca-se a discussão sobre: a resposta sindical frente à reestruturação capitalista; as alternativas (organizativas e políticas) para os setores excluídos do mercado formal (desempregados, subempregados, “por conta própria”, etc.); o movimento sindical e a luta pela reforma agrária; a democratização dos sindicatos e a construção da CUT; a incorporação das bandeiras feministas e do movimento negro na construção do movimento sindical.

A discussão destes temas não pode se esgotar no primeiro semestre. Porém, trata-se de fazer uma primeira síntese, a partir das lições dos últimos três anos de enfrentamento com os projetos conservadores e de construção do movimento.

Pauta partidária

Na pauta partidária, identificamos: posicionamento do partido frente ao governo Itamar e as propostas emergenciais para a crise econômica-social; posicionamento do partido frente ao plebiscito e à revisão constitucional; um destaque para a questão do Estado na economia, dando coerência a uma campanha em defesa do patrimônio público e de uma “reforma do Estado” de interesse das maiorias; o movimento sindical na campanha presidencial do Lula; a questão da política de alianças vista desde o movimento sindical; as bandeiras dos trabalhadores, o programa democrático-popular e a relação da CUT com o (possível) governo Lula.

Há um encadeamento entre a preparação do enfrentamento atual com as disputas por vir. Assim, o fato que se verifica na atual direção do partido uma tendência a apresentar um programa aquém do “mínimo” frente a crise (por assim dizer, um “programa ínfimo”), enfraquece a disputa do período inteiro (incluído 1994!). Por outro lado, a construção a partir do PT de uma política que reagrupe o bloco democrático-popular (de 1989) deve estar no centro de nossas preocupações. Aqui a combinação movimento de massas e ação institucional, luta na cidade e no campo, luta dos sindicalizados e dos excluídos, etc, deve ser fio condutor. Estas combinações não estão dadas, e a dinâmica atual tende a inviabilizá-las.

Finalmente, as atuais correntes sindicais petistas cumprem um papel neste processo enquanto o espaço onde tem sido possível acumulação político-sindical. E deverá haver necessariamente um processo de transição entre sua situação atual até sua integração plena no Setor Sindical do Partido - sem que isso signifique necessariamente a dissolução dessas correntes, mas sim mudar o perfil de funcionamento. O momento exige de nós ousadia, não posturas conservadoras. Pelo volume dos impasses atuais do movimento e da crise de suas correntes, e pela dimensão dos desafios da conjuntura, nesta transição todos temos mais por conquistar que por defender. □

Gustavo Codas é assessor da CUT Nacional.

Temos que unificar a militância sindical petista para enfrentar a reestruturação capitalista.



Arquivo

Os encontros setoriais do PT devem permitir o rearmamento político da CUT.

A CUT em 1993

MIGUEL ROSSETTO

Será possível que a CUT retome em 1993 uma perspectiva de mobilização sindical e luta pela reivindicações dos trabalhadores? Depois de três anos de impasses, recuos e derrotas parciais do movimento sindical cutista (e sobretudo de seus sindicatos) frente ao projeto neoliberal, não há uma resposta simples de ser dada.

Na reunião da Executiva Nacional da CUT de 27-29 de janeiro foram definidas linhas básicas de ação da central para o ano que contém a *matéria prima* para esta retomada, mas que por si só não dão conta disso. Também não constituem uma resposta aos impasses prolongados do movimento sindical, ainda que abram canais para que a mobilização volte a ser o tom do sindicalismo cutista.

Firmou-se como prioridade do ano a busca, pela CUT, de unificar, generalizar, dirigir as campanhas salariais, a começar pelas do primeiro semestre (concentradas em torno de abril). Além desse eixo prioritário, trabalharam-se a intervenção política da Central face à pauta "institucional" (plebiscito, revisão constitucional, etc), colocando como "norte" a defesa de um projeto alternativo frente ao conservador-neoliberal e a retomada das questões organizativas da Central e seus sindicatos.

Campanha salarial da CUT

Há condições e a necessidade de mudar o padrão das campanhas salariais. Falta, porém, construir a vontade política de fazê-lo. Nos últimos anos os sindicatos, em geral, foram acuados pela recessão e reformas neoliberais, levando as campanhas salariais a sua mínima expressão. A queda de Collor, as brechas abertas pelas contradições do governo Itamar e a retomada da atividade industrial em alguns ramos colocam a possibilidade de alterar essa tendência, desde que se supere as campanhas salariais "feijão-com-arroz" dos últimos anos (e a CUT não escute o "canto de sereia" dos que afirmam que os que tiraram o Collor devem sustentar Itamar - que ao que tudo indica não acontecerá).

Mas tirar os sindicatos da inércia das datas-base, das pautas de categoria, das mobilizações localizadas, do afastamento das grandes embates nacionais, só será possível com a ativa intervenção da Central. Essa função da CUT até hoje não foi exercitada; a central até o momento não cumpriu um papel sindical ativo nas campanhas dos seus sindicatos, e enfrentará resistência das direções sindicais ao tentar fazê-lo.

A Executiva Nacional da CUT ao convocar as categorias (sindicatos e organizações verticais) para essa discussão tenderá a usar como *chamariz* a discussão sobre o contrato coletivo de trabalho. Mas isso é insuficiente. Trata-se de organizar uma campanha salarial de *padrão diferente* que poderia se caracterizar por: uma pauta básica nacional, uma data nacional de referência para a mobilização e as negociações (e uma negociação nacional com os patrões), assim como pela combinação dessa campanha com a pressão sobre o Estado por outra política salarial (de reajuste mensal e salário mínimo) e estabilidade no emprego. Assim, os elementos constitutivos do contrato coletivo de trabalho orientariam a organização das campanhas.

Por outro lado, há, na Central, uma propensão permanente a tratar as questões da ação sindical (e as negociações trabalhistas) e as questões organizativas como assuntos separados. De fato, o melhor momento para tratar de organização no local de trabalho, da construção das organizações verticais e horizontais da CUT, etc, é junto com as campanhas salariais - e não como é costume, em seminários, palestras, etc, nas *entresafas*. Junto com a discussão sobre a implantação de elementos do contrato coletivo de trabalho, no bojo de campanhas reivindicando salário, emprego, etc, o movimento deve também reivindicar liberdade de organização sindical no local de trabalho e na sociedade. Para tanto há brechas institucionais que podem ser aproveitadas - desde que essa pauta esteja concretamente colocada nas mobilizações sindicais.

A CUT e os excluídos

Depois de se definir como central "de sindicatos e sindicalizados", a CUT vem enxergando de forma diferente os proble-

mas colocados pela existência de contingentes cada vez maiores de trabalhadores "sem carteira assinada", do mercado informal, dos desempregados, isto é, dos excluídos e inorganizados.

Mesmo com sinais eventuais de retomada da atividade neste ou aquele setor, este fenômeno social avança e veio para ficar. A CUT como central que aspira a organizar todos os trabalhadores, deve buscar abrangê-los. Nas propostas discutidas na Executiva Nacional a questão aparece, mas não está equacionada. Assim, a perspectiva de priorizar as campanhas salariais nos setores de ponta da economia (em "ilhas de prosperidade" da classe trabalhadora) reduz o papel da CUT, se bem sucedido, ao de organizadora de uma minoria do povo trabalhador.

No bojo do recrudescimento da crise social, é necessário preencher este vazio de formulação e de iniciativas políticas e organizativas. Para tanto, diversos movimentos que organizam excluídos, assim como pastorais de setores populares e partidos de esquerda, são parceiros indispensáveis.

Ação institucional e mobilização

Um período com "calendário institucional carregado" (convocatória extraordinária do Congresso, plebiscito, revisão constitucional, preparação das eleições de 1994) certamente provoca um tensionamento no movimento sindical no sentido de circunscrever sua ação política a esse âmbito. A visão sobre a necessária combinação da luta direta e ação institucional está presente na discussão feita pela Executiva Nacional. Porém, é menos clara a compreensão de quais são as iniciativas necessárias para fazer de fato essa combinação.

As classes dominantes visam com esse calendário institucional consolidar o projeto conservador no sentido de: retringir os espaços democráticos na disputa política (tanto via o plebiscito como pela revisão constitucional); retirar direitos sociais e trabalhistas para aumentar a exploração e opressão sobre os trabalhadores; reprivatizar o Estado em benefício da acumulação do capital privado.

Esta pauta está *enraizada* na sociedade e os setores conservadores não esperaram o "calendário institucional" para fazer a disputa. Para disputar contra essas reformas conservadoras é necessário igualmente construir desde agora um forte movimento social. De imediato há duas iniciativas necessárias: a realização do debate nas bases da CUT sobre o perigo do "parlamentarismo conservador", que é o que estará colocado no plebiscito de abril; e a construção de um amplo movimento, encabeçado pela CUT, pela defesa do patrimônio público, contra a política privatista, e por uma "reforma do Estado" de interesse das maiorias. □

Miguel Rossetto é membro da executiva nacional da CUT



Fernand Léger

A direção da CUT desencadeará iniciativas para reverter o quadro de paralisia do movimento.

A campanha salarial nacional de abril, abarcará todas as categorias, independente de suas datas-base.

Integração sob outras bases

Publicamos a seguir largos extratos da carta que as centrais sindicais do Mercosul enviaram a reunião dos presidentes destes países ocorrida em Montevideo, em 28 de dezembro. Subscrevem o documento os presidentes da CUT, CGT e FS do Brasil, da CGT da Argentina, do PIT/CNT do Uruguai e da CUT do Paraguai.

"No momento em que se reúne o Conselho Mercado Comum, as Centrais Sindicais dos países integrantes do Mercosul querem expressar suas preocupações e propostas com relação ao desenvolvimento e o futuro do processo de integração econômica, transcorridos um ano de vigência do Tratado de Assunção.

Integração com outros princípios

Em primeiro lugar, queremos reafirmar nossa certeza de que é necessária e fundamental a conformação de uma *área econômica, social e cultural* dos países do Cone Sul e, no futuro, da América Latina, como instrumento que aumente a capacidade de respostas autônomas às necessidades da região, através do estabelecimento de relações mais justas e equitativas.

Existem hoje na economia internacional fortes tendências históricas que impulsionam as economias para a formação de blocos regionais e essas foram as bases do processo de integração em curso, o Mercosul.

Mas em nossa visão... a integração deve fortalecer o poder de negociação dos países membros com os credores internacionais e deve contribuir para uma integração das culturas e o desenvolvimento de uma consciência comunitária.

Atingir-se estes objetivos exige a implementação de políticas nacionais que proporcionem a definição de políticas de promoção produtiva e social, que requerem uma intervenção destacada e permanente dos Estados.

Nossa avaliação é que esses objetivos que, em parte estão inscritos nos enunciados do Tratado de Assunção - "acelerar os processos de desenvolvimento com

justiça social" -, não serão cumpridos se os mecanismos adotados continuarem como até agora.

Fazendo um balanço

As Centrais sindicais dos distintos países tem feito fortes críticas as características do Tratado, destacando suas limitações e questionando a estratégia de integração por ele definida. Os fatos confirmaram a correção destas críticas ao constatar que nos distintos países surgiram problemas que geraram correntes contrárias a continuidade do Mercosul...

Alguns deles são de tipo setorial, isto é, atingem setores concretos da indústria e da agricultura. Os acordos setoriais foram assinados, em geral, pela Argentina e Brasil, não sendo homologados pelo Uruguai e Paraguai. Caso mantenham-se e aprofundem-se, eles resultarão numa complementação comercial e produtiva dos dois países grandes e a marginalização dos menores... É necessário a definição de sistemas compensatórios para que as indústrias de menor desenvolvimento relativo tenham uma oportunidade de crescimento e de gerar postos de trabalho...

Outros problemas são de tipo nacional, isto é, atingem o conjunto da economia. Para todos os efeitos práticos isto é uma guerra comercial, na qual cada governo adota medidas para

melhorar sua posição competitiva. Isto é contrário ao espírito do Mercosul... Porém o Tratado centrou-se na liberação comercial, que está efetivamente concretizando-se, mas não avançou na coordenação das políticas macro-econômicas.

Agregam-se a esta situação também as iniciativas que já se delineiam nos quatro países para buscar diretamente uma inserção no mercado internacional e a priorização de relações bilaterais com o Acordo 4 + 1, Mercosul e EUA, que podem empurrar-nos não para a conformação de um mercado comum mas para uma zona de livre comércio, o que sem dúvida nos conduzirá a uma maior desagregação econômica e social...

Problemas sociais e trabalhadores

Na medida que (a integração) prioriza os aspectos comerciais e toma como fio condutor o aumento da competitividade empresarial, tende a crescer o desemprego, a marginalização de significativos segmentos sociais e a deterioração ainda maior dos salários e das condições de trabalho.

E mais, é preciso recordar que hoje os quatro países vivem períodos de crise social, onde as políticas econômicas estão submetidas a medidas de ajuste estrutural, as empresas aceleram seus processos de reestruturação e são impulsionadas legislações que promovem a desregulamentação das relações trabalhistas. Em resumo, as possíveis consequências que podem derivar dessa forma de condução da integração estão profundamente vinculadas a estes modelos e poderão produzir situações ainda mais dramáticas.

A constituição de um subgrupo de Relações trabalhistas, emprego e previdência social, reivindicado pelas Centrais em 1991, inscreve-se no marco de um esforço para abrir espaços de discussão social no interior do esquema institucional desenhado no Tratado de Assunção. Mas vem revelando-se restritiva e insuficiente para abarcar essa realidade que já se anuncia...

A redução dos conteúdos sociais reais da discussão e sua transformação em problemas técnicos levou a que as análises dos temas tratados priorizassem questões que interessam principalmente à ótica comercial e da competitividade empresarial, como por exemplo os custos e a circulação de mão-de-obra...

Algumas propostas

O período transcorrido e os fatos analisados permitem afirmar que as atuais definições e o processo de integração, tal como ocorreu, deve ser modificado. A seguir indicamos algumas propostas a serem consideradas.

a) As Centrais sindicais consideram imprescindível a elaboração de políticas de desenvolvimento nacional que implementem a nível interno de cada país a especialização e a modernização tecnológica e permitam a complementação regional, base para a conformação de uma área econômica, Mercosul... Na elaboração dessas estratégias devem participar trabalhadores e empresários, sendo responsabilidade dos governos a convocação, a coordenação e a implementação das definições.

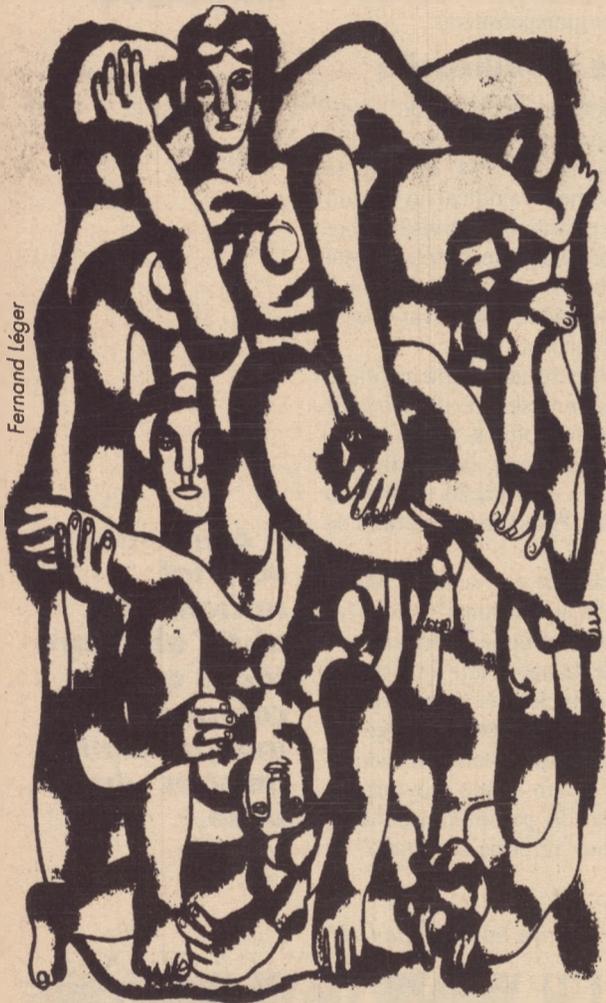
b) Os desequilíbrios nacionais, setoriais e regionais produzidos exigem a definição de sistemas e instrumentos para sua compensação, que permitam o desenvolvimento dos países, setores e regiões de menor desenvolvimento relativo.

c) Da mesma forma, é necessário a elaboração de políticas sociais, de promoção de emprego e capacitação profissional e de proteção aos setores com menos recursos e mais atingidos.

d) Tratamento dos problemas dos trabalhadores e sociais sob a ótica da solidariedade e fortalecimento dos atores sociais, estabelecendo âmbitos de participação e negociação de soluções dos conflitos existentes. Isso exigirá uma revisão da própria forma de funcionamento e desenvolvimento dos trabalhos não só do subgrupo 11, mas também do Regulamento do Grupo Mercado Comum...

É urgente uma reflexão profunda sobre os caminhos a se seguir.

Neste sentido é necessária a instalação imediata de um **forum** que envolva os distintos setores organizados das sociedades, dentre eles, fundamentalmente os trabalhadores e empresários, bom como os governos e os legislativos, tendo como primeiro ponto a agenda, a avaliação do processo em curso e a redefinição de caminhos... □



Fernand Léger

Em busca de uma alternativa

MARCELO ZUGADI

No dia 14 de novembro de 1992 ingressou formalmente na vida política nacional um fenômeno que vinha gestando-se há muitos anos: o Congresso dos Trabalhadores Argentinos (CTA). O encontro de 2.600 dirigentes e ativistas sindicais provenientes de todo o país culminou uma primeira etapa da edificação de uma nova força político-social que se propõe, explicitamente, a jogar um papel central no futuro não só dos trabalhadores, mas também da nação em seu conjunto.

Na noite anterior ao primeiro congresso do CTA, cerca de cinco mil pessoas atravessaram o centro de Buenos Aires levando tochas e uma bandeira nacional de 400 metros de largura e gritando a palavra de ordem com a qual convocou-se o Congresso: os trabalhadores acendem a esperança. O contraste entre o alto simbolismo da Marcha das Tochas e a discussão, poucas horas depois, de um estatuto para conduzir a edificação de uma organização, iluminou os traços característicos desta nova força que irrompe no ensombrecido panorama local: originalidade face as múltiplas tentativas desenvolvidas nos últimos tempos, confraternização de correntes de origem muito diferentes e papel protagonista de dirigentes sindicais que já não se reconhecem em nenhum partido político e destacam a necessidade de construir uma força política diferente.

Recomposição política

Esta drástica recomposição de forças no interior do movimento operário iniciou-se em dezembro de 1991, em um encontro de uma centena de dirigentes que aprovaram a chamada Declaração de Burzaco. Aquele documento, tomado como base programática pelo Primeiro Congresso do CTA, afirma a vontade de "realizar um plano de trabalho que amplie o debate e as propostas a partir de uma corrente sindical e em direção a um movimento político social que contemple:

- 1 - Autonomia sindical frente ao Estado, aos patrões e aos partidos políticos;
- 2 - Democracia sindical, rechaçando as estéreis divisões e o sectarismo;
- 3 - Abertura a outras organizações sociais que expressam as múltiplas demandas dos setores populares e que refletem a realidade dos cinco milhões de argentinos com problemas de emprego;
- 4 - Revalorização da ética sindical atacando a corrupção e o pseudo-pragmatismo com que direções caducas terminam legitimando o ajuste" (econômico neoliberal do governo Menen).

Na abertura do Congresso, Víctor de Gennaro, secretário-geral da Associação dos Trabalhadores do Estado, resgatou a longa história de luta dos trabalhadores e assinalou a ruptura que aquele ato de fundação significava frente "a Confederação Geral do Trabalho (CGT), que se subordina as determinações do governo". Em uma entrevista publicada poucos dias antes na revista *Crítica de Nuestro Tiempo*, De Gennaro explicou que "ao assumir o papel de permitir a recomposição da luta da classe trabalhadora na nova etapa, diferente talvez das anteriores, estamos impulsionando a reconstrução de um movimento nacional que faça política com maiúscula: hoje não se pode construir um sindicato se não se faz, essencialmente, política... Hoje a classe trabalhadora começa a ser muito mais consciente do que significa nossa capacidade de questionar o que não queremos, mas também da necessidade de não delegar mais a definição do que queremos construir... Estamos convencidos de que a libertação do país será possível no marco de uma libertação mais ampla, (para o que é necessário) impulsionar a construção de um movimento de unidade latino-americana".

Pluralismo

Como prova da pluralidade ideológica e política com que nasce essa

organização, revezaram na presidência do Congresso Alberto Piccinini, secretário-geral da União Operária Metalúrgica de Villa Constitución e Mary Sanchez, secretária-geral da Confederação dos Trabalhadores em Educação.

De Gennaro e Sanchez representam duas correntes diferenciadas do peronismo (com matizes social-cristãos, influenciados pela CLAT o primeiro, e definida como nacionalista revolucionária a segunda), enquanto Piccinini encabeça a vertente socialista do CTA, agrupada na Proposta Política dos Trabalhadores, que soma diversos setores. Os partidos de esquerda, por sua vez, desconhecaram o processo de gestação do CTA e com diferentes ênfases coincidiram em condená-lo como uma variante tradicional da burocracia sindical. O único agrupamento marxista que desde o início comprometeu-se decididamente com esta nova força é composta de dirigentes provenientes de diferentes experiências anteriores reunidos em torno da revista *Crítica de Nosso Tempo*. Poucos dias antes do Congresso, o Partido Comunista decidiu participar, sem deixar de qualificá-lo como uma tentativa de recomposição da burocracia sindical.

Apesar do número muito elevado de delegados que representavam todo o arco ideológico e político presente na atividade sindical, as exposições dos oradores explicitaram um significativo acordo na necessidade de erigir uma organização autônoma, independente do Estado, dos empresários e dos partidos políticos, democrática e resolvida a lutar contra o modelo de sociedade que propõe o governo. A sessão culminou com a aprovação de um projeto de estatuto, a eleição de uma direção provisória e a aprovação por unanimidade de uma declaração que convoca a "passar da resistência a recuperação da iniciativa política" na luta contra o governo.

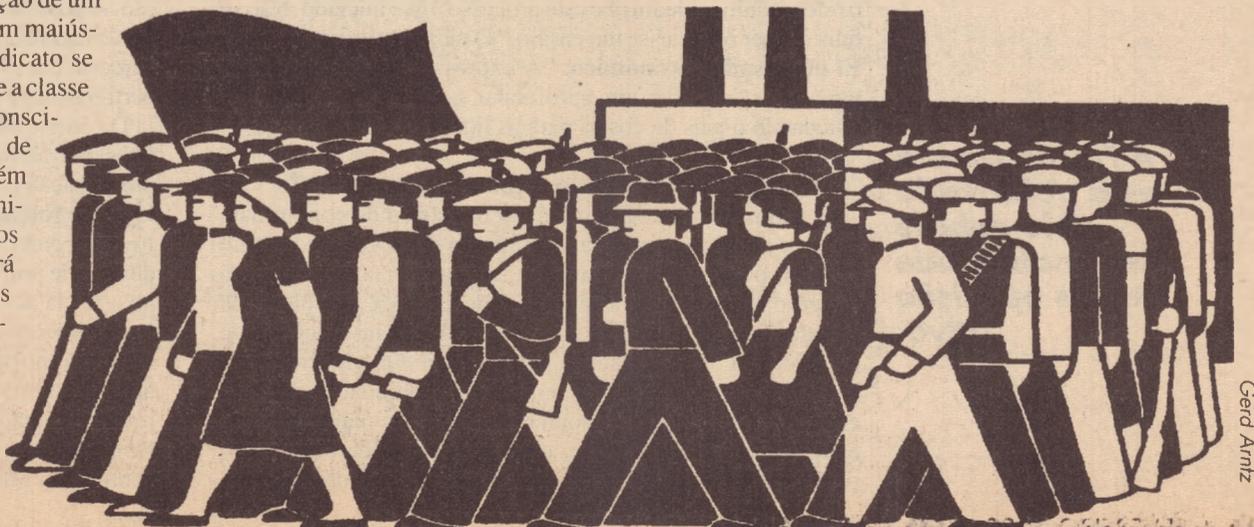
Para a esquerda, a primeira prova desta batalha será a de entender que com o surgimento do CTA mudam os sinais de muitos conceitos para a militância. Quem não entender isso ficará, no melhor dos casos, a margem dos grandes acontecimentos que se avizinhm. O núcleo do desafio político é, agora, conseguir a unidade social e política dos trabalhadores e, paralelamente, a unidade de ação do conjunto mais amplo possível da população contra a crise capitalista e a ofensiva burguesa-imperialista. Só os dirigentes genuínos, honestos e combativos do movimento operário podiam assumir a iniciativa dessa grande tarefa. Fizeram-no.

Até dezembro de 1991, a criação de uma organização de massas encabeçada por trabalhadores era só uma idéia. Em Burzaco conformou-se o embrião e como tal foi adquirindo perfil próprio durante onze meses. A partir de 14 de novembro, é uma realidade organizativa e política. E começa a fase crucial de seu desenvolvimento: aquela inicial que, como no primeiro ano de vida de uma criança, define os traços essenciais de personalidade e caráter. Há bons motivos para adentrar neste caminho com confiança e otimismo. □

Marcelo Zugadi é jornalista e colaborador da revista Crítica de nuestros tiempos.

O Congresso dos Trabalhadores da Argentina representa uma nova força político-social no cenário.

Aí convergem setores de diferentes origens e orientações: social-cristãos, nacionalistas, revolucionários, socialistas.



Gerd Amtz

Privatizações e crise de governo

O Uruguai vive uma nova situação política. Em 13 de dezembro de 1992 a população do país derrubou, por imensa maioria, a legislação privatizadora - a chamada "Lei das empresas públicas" - que constituía o coração do modelo econômico do governo. Num referendun, 72% do eleitorado posicionou-se contra a política neoliberal do presidente Lacalle e do partido no governo, o Nacional. O resultado foi também a abertura de uma grave crise de governo.

A central sindical PIT/CNT, a Frente Ampla e nela o Movimento de Participação Popular - integrado, entre outros grupos, pelo Movimento 26 de julho (os Tupamaros) e pelo Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) - tiveram papel destacado na construção deste processo. Em *Tempo* ouviu Ernesto Herrera, dirigente do PST, sobre a nova situação que vive o país.

Qual o significado do plebiscito de dezembro?

A magnitude da derrota governamental, que perdeu nos 19 departamentos do país e em todas as faixas etárias da população, é uma vitória fundamental para o movimento popular e a esquerda, rompendo o equilíbrio na correlação de forças. Apesar deste triunfo aparecer como sendo dividido com o setor do Partido Colorado liderado pelo ex-presidente Sanguinetti, es-

O resultado do plebiscito de dezembro destroçou a política neoliberal do governo.



Fernand Léger

tão dadas todas as condições para que se inicie, a partir da Frente Ampla e das organizações sociais, uma ofensiva por um programa econômico e social de soluções imediatas frente à crise.

Se alguém tiver qualquer dúvida sobre o significado do resultado e suas consequências para o projeto conservador, basta ler a opinião dos porta-vozes do capital financeiro no jornal *Busqueda*: "Há quatro dias, os uruguaios assombraram o mundo em outra consulta popular... Ao votar 'Sim' disseram não à mudança, no que isso implica reformar o Estado, modernizá-lo, privatizar parte de sua atividade. Os uruguaios optaram por um caminho diferente daquele pelo qual transitava hoje a grande maioria dos povos do mundo... Não foi uma condenação diante de um fracasso comprovado. Claramente, o referendun impediu que este processo fosse iniciado. Não se quiz sequer realizar-se um ensaio." O mesmo afirmou o jornal *El observador económico*: "A expressão do eleitorado foi uma clara negativa em aprofundar a tarefa privatizadora, colocando o país de costas para as lições de outros povos".

A Frente Ampla está polarizada pelo debate governabilidade versus oposição ativa.

O que este resultado causa ao governo?

O plebiscito expressou também o rechaço do conjunto da política econômica e social e de gestão deste governo. Neste sentido, o resultado da votação só pode ter uma leitura: o governo perdeu toda a legitimidade política aos olhos da população. Isso significa que a continuidade institucional de Lacalle está, objetivamente, questionada. Os próprios integrantes do governo aceitam a situação de debilidade em que se encontram, o que, paradoxalmente, seria sua maior força. É essa debilidade de Lacalle, que ficou órfão de todo apoio político e parlamentar, que leva Sanguinetti, o Foro Batllista

e os setores majoritários da Frente Ampla a buscar um acordo que garanta a estabilidade do governo, o cronograma institucional - que prevê eleições nacionais para novembro de 1994 - e ao mesmo tempo um debate sobre a reforma do Estado e a mudança do sistema eleitoral.

O referendun expôs a crise do sistema político-institucional de dominação e a já conhecida fragmentação dos partidos burgueses tradicionais. Os grandes partidos coincidem na defesa de um programa econômico de cunho liberal, mas dividem-se sobre que setores privilegiarem, os ritmos e o papel do Estado. Para o governo e seu aliado Jorge Batlle, trata-se de privilegiar o capital financeiro e o setor de serviços, para converter o país num paraíso fiscal no marco de uma integração com o Brasil, a Argentina e o Paraguai. Para Sanguinetti, trata-se de estabelecer-se uma visão muito mais gradualista, promover uma política dirigida para o capital industrial e agropecuário exportador, mantendo um certo papel regulador do Estado e uma atitude mais crítica frente ao Mercosul.

Como a Frente Ampla enfrenta este quadro?

Tanto a oposição burguesa como a maioria da Frente Ampla falam que não houve "nem vencedores nem vencidos" e que a continuidade de Lacalle está fora de discussão. Garantir a "governabilidade" converteu-se na principal preocupação dos que querem impedir que a correlação de forças favorável, que existe no plano social e político, traduza-se em termos institucionais, em termos de governo. Por isso, para a esquerda radical, a proposta de eleições antecipadas passa a ser um eixo articulador fundamental para dar continuidade ao processo de acumulação de forças e aprofundamento da crise de governo, que aponte para a criação das condições políticas e sociais para uma saída democrática, popular e antiimperialista.

Na Plenária Nacional da Frente Ampla de 26 de dezembro, esta proposta foi derrotada por 57 contra 54. Mas a resolução aprovada por iniciativa do MPP, do Partido Comunista Uruguio e outros setores contra o Partido Socialista, a Vertente Artiguista e alguns dos principais dirigentes reformistas (como Seregni, Tabaré Vazquez, o prefeito de Montevideo, e o senador Danilo Astori) rechaça qualquer tipo de negociação sem a prévia alteração da política econômica, o fim imediato de toda tentativa de privatização e a revisão da questão do pagamento da dívida externa. Neste sentido pode-se falar de um triunfo da corrente radical que, a todo momento, contou com o apoio de grande quantidade de organismos de base e do interior do país.

Pode-se dizer que a discussão está polarizada entre governabilidade e oposição ativa?

Sim, esta foi, de fato, a disjuntiva colocada para a Plenária Nacional. O bloco reformista, que hoje hegemoniza a coalizão depois da crise e ruptura do PC, tentou evitar que se definisse uma linha de enfrentamento. A questão de garantir a governabilidade de Lacalle está no centro da estratégia reformista. Já que para estes setores, o resultado do "referendun", além de confirmar a correção da política de alianças, abre um cenário favorável para se chegar ao governo em 1994, trata-se de preparar o terreno para um "grande acordo nacional", como afirma Seregni, e para a adaptação do programa a esta orientação. A possibilidade de um "governo das maiorias", como está sendo chamado, está mais colocada do que nunca, ganhe-se ou perca-se em 1994. Para esta visão, é imprescindível rebaixar o perfil opositor da Frente e lançar-se a caça do voto de centro.

De outro lado, a Plenária abriu, com a perspectiva de uma oposição ativa, sem acordos de cúpula e privilegiando a mobilização popular, uma situação na Frente em que a correlação de forças interna cria a possibilidade de uma luta mais frontal contra o projeto hegemônico na esquerda. Coloca o desafio de propor não só uma verdadeira estratégia de ruptura, a partir da acumulação popular existente, mas fundamentalmente a necessidade de um Programa Alternativo de soluções imediatas no plano econômico e social. O MPP tem levantado alguns pontos: salário mínimo equivalente a 350 dólares, reforma tributária, moratória da dívida externa e utilização dos recursos para a saúde, educação e habitação e revisão dos acordos do Mercosul. □

Enriquecer pilhando o Estado

JAMES PETRAS

Segundo alguns ultraliberais, o setor público e o capitalismo regulamentado constituíram-se, particularmente na América Latina, em obstáculos ao desenvolvimento. A privatização e a desregulamentação, hoje em voga, criariam então as condições ótimas para o investimento, o crescimento e a prosperidade coletiva.

Todavia os milionários latino-americanos não esperaram as políticas liberais para acumular fortunas consideráveis, mas se enriqueceram graças a seus laços com o Estado. A maior parte deles são originários de famílias já prósperas, com ativos importantes, e com relações estreitas com os detentores do poder político. Por exemplo, Emílio Azcarraza - o mexicano que a revista *Forbes* diz ser "talvez o homem mais rico da América Latina" com seus 2,8 bilhões de dólares - é o filho de um magnata da comunicação. Sua família começou a construir seu império nos anos 30, durante o mandato nacionalista e radical do presidente Lazaro Cardenas. O poder e a riqueza de Azcarraza não se explicam pela livre concorrência, mas por um controle quase monopolista do setor de comunicação. Graças ao poder da mídia, Azcarraza pode obter de anunciantes o equivalente a empréstimos sem juros no valor de vários milhões de dólares. Riqueza forçada, monopólio e empréstimos forçados pertencem ao repertório de enriquecimento de especuladores feudais ou mafiosos que a isso chamam espírito empreendedor...

Burguesia parasitária

A situação não é diferente no caso dos três bilionários chilenos. Anacleto Angelini aproveitou-se do golpe contra Allende e das privatizações de Pinochet para controlar o sistema de distribuição de gasolina. Ele ampliou igualmente seu império para as refinarias e as florestas. A fortuna de sua família constituiu-se nos anos 40 graças às políticas de substituição de importações garantidas por medidas protecionistas. A família Luksic enriqueceu-se com a privatização das minas e das fundições e com a compra especulativa de firmas endividadas. A fortuna da família Malte, em parte herdada, foi reforçada pelo monopólio da fabricação de papel e da madeira.

Na Argentina, a família Rocca beneficiou-se, no início da era peronista, da proteção e da promoção de indústrias locais, assim como dos mercados públicos de imóveis: em 1946 os Rocca criaram uma empresa siderúrgica. Depois dos anos 80, graças a contratos com o Estado que somavam bilhões de dólares, eles construíram estradas com pedágios e sistemas de exploração de petróleo. A família Perez, por sua parte, enriqueceu-se especulando com a dívida argentina e tendo participações lucrativas no setor de telecomunicações. Num único ano (1990-91) um investimento de 120 milhões de dólares teve seu valor quadruplicado.

No Brasil, quatro dos cinco bilionários provem do setor de construção civil e sua fortuna provém, em boa medida, de projetos públicos financiados pelos contribuintes (estradas de rodagem e barragens).

Pode-se, nestas condições, falar de uma riqueza baseada no espírito empreendedor, quando ela foi, de fato, adquirida por herança e depois multiplicada por contratos concedidos por afinidades políticas ou por monopólios setoriais? Os bilionários apropriaram-se sobretudo de ativos públicos privatizados e tiraram partido de especulações engendradas pelo endividamento e por medidas de estabilização de instituições financeiras internacionais. Uma boa parte da riqueza assim adquirida foi em seguida utilizada para assumir o controle de empresas já existentes, quando não foi simplesmente investida no estrangeiro.

Entre os novos ricos, não há o menor traço de um investimento importante e de longo prazo no terreno da pesquisa e do desenvolvimento, não há a menor veleidade de prever, criar e promover novos produtos e empregos mais qualificados. Frequentemente, eles beneficiaram-se de transferências do Estado para mãos privadas, da transformação da propriedade social em fortunas individuais. O controle do setor da comunicação jogou um papel crucial, principalmente no Brasil e na

Argentina, permitindo tanto o enriquecimento de alguns como a dissiminação das idéias que legitimavam este enriquecimento

Cresce a pobreza

Entre 1985 e 1990, o número de pobres latino-americanos passou de 247,5 para 270 milhões, 61,8% da população. A concentração da atividade em torno de projetos especulativos urbanos e a transferência de recursos públicos para os indivíduos mais ricos produziu uma economia fortemente polarizada, marcada por um crescimento da pobreza nas grandes cidades, abarcando 25% da população urbana em 1980, 30% em 1986 e muito mais hoje.

No caso do México, a percentagem de pobres tinha recuado durante o período de expansão do capitalismo de Estado e de industrialização autocrática, passando de 77,5% em 1963 para 48,5% em 1981. Depois da crise da dívida e das medidas de liberalização dos anos 80, a pobreza atingia 59% da população em 1989.

De fato, a intervenção do poder público permaneceu muito inferior a dos países desenvolvidos no que diz respeito ao nível de subvenção ou de transferências sociais: em 1982, a América Latina consagrou-lhes 35% de suas despesas totais, contra 49% para os países desenvolvidos. Em 1987, as subvenções públicas tinham recuado e se colocado abaixo do nível dos países asiáticos: 24% para a América Latina, 48% para os países industrializados, 26% para a Ásia.

Dívida e privatização

Um setor das despesas públicas - o pagamento da dívida - viu sua parte quase dobrar, enquanto os investimentos produtivos tiveram uma queda drástica: 15% do total em 1982, 10% em 1987. Sob pressão das elites econômicas, o Estado assumiu parte do endividamento privado.

A crise atual do Estado latino-americano não pode ser imputada apenas as ineficiências endógenas, ainda que elas sejam muitas. Ela explica-se também pela capacidade do capital de transferir suas dívidas para o Estado, de reduzir seus pagamentos ao fisco, de minimizar as despesas de investimentos ao mesmo tempo que ele apropria-se - ou que ele privatiza - os lucros das indústrias de extração e as empresas de comunicação que pertenciam ao Estado.

Esta espoliação atingiu, nos últimos anos, níveis insuspeitáveis graças aos mecanismos de resgate da dívida. Em 1990, os especuladores resgatavam a dívida argentina a 12% de seu valor, a do Brasil a 25%, a do Peru a 6%, a da Venezuela a 35%, a do México a 37% e, depois, convertiam-nas - em seu valor oficial - em ações de empresas rentáveis privatizadas.

Após terem desmantelado numerosas empresas públicas e serviços coletivos, os apóstolos do livre mercado lucraram com a degradação do Estado para pilhá-lo um pouco mais e para continuar a empobrecer a sociedade provocando um recuo das despesas sociais, através do corte das receitas públicas. Ao invés de investir em atividades produtivas, o setor privado preferiu enriquecer-se despojando o Estado de toda sua substância. □

James Petras é professor da Universidade de New York e especialista em temas latino-americanos. Este artigo foi originalmente publicado no Le Monde Diplomatique.

Os bilionários latino-americanos apropriaram-se dos ativos públicos privatizados.



Fernando Marius

IMPRESSO

Ministra Erundina: o PT em xeque

Nós filiados, militantes e dirigentes de base do PT, fomos surpreendidos pela opção isolacionista da companheira Luiza Erundina. Ao aceitar romper com a deliberação dos coletivos partidários e assumir a Secretaria da Administração Federal do governo Itamar, a companheira lançou o partido numa encruzilhada.

Se o PT aceitar passivamente a atitude política de Erundina abrirá um precedente desagregador, incompatível com a sua história e seu ideário. Se exigir que Erundina acate as decisões do Partido poderá perder uma das suas mais destacadas militantes e das mais importantes personalidades.

Por isso, reivindicamos da Direção Nacional do Partido bom senso e firmeza. A seguir expomos nossa opinião e posicionamento:

1. A cultura política brasileira, talhada pelas elites durante anos e anos, é flagrantemente contrária à consolidação de projetos coletivos democráticos; é intensamente adversa à estabilização dos partidos políticos. O autoritarismo, o personalismo e o clientelismo são manifestações históricas dessa cultura que desagrega, oligarquiza ou estaziza as experiências partidárias.

2. O PT nasceu negando e ao mesmo tempo convivendo com essa cultura política, num tensionamento constante ao longo de sua vida. A consolidação do PT requer superar seus resquícios de sectarismo, advindo da saudável negação dos vícios dessa cultura, mas ao mesmo tempo, exige um combate diuturno à fragmentação das ações e ao enfraquecimento da democracia interna pela tendência autoritária e personalista fortemente presente em nossa cultura. Essa cultura leva o partido a ser um mero fórum de "notáveis".

3. Ninguém no partido pode estar acima do conjunto partidário. O partido deve respeitar a opinião de seus integrantes, mas seus integrantes devem encaminhar a posição do partido. Se a opinião de um militante está acima da deliberação da maioria do partido, então para que servirá a estrutura partidária? Apenas para eleger personalidades que agirão de acordo com suas conveniências futuras? Um partido que é um mero "trampolim eleitoral" poderá ser capaz de transformar a sociedade?

4. Outro fenômeno muito comum da cultura política brasileira é transformar a coisa pública em privada. Decorre disso a existência de uma forte tendência de tornar questões políticas em questões de foro íntimo, causas coletivas em assuntos de opção individual, motivos programáticos em determinações pessoais. Sua ocorrência vai destruindo a unidade partidária, culminando na existência de partidos com bancadas parlamentares constantemente divididas.

5. É inegável a importância política adquirida pelo PT. Diante da força petista, as elites já procuram intensificar os ataques e minar nosso partido.



Nossos adversários utilizam várias estratégias de combate ao PT: a estigmatização, a tentativa de domesticação, de cooptação de suas expressões e o velho expediente da divisão e apoio à facções que possam aprofundar a instabilidade partidária.

6. Constatamos, entristecidos, que no recente episódio envolvendo a companheira Erundina, sua atitude foi e está sendo utilizada para desgastar o PT e sua principal expressão, o companheiro Lula.

A direita se diverte com os dois possíveis desdobramentos: se Luiza ficar no departamento de pessoal do governo e no PT, estará comprometendo todo o partido com o pacto nacional em torno de Itamar, inviabilizando-nos como alternativa política autônoma e coerente; se Luiza sair do partido acusarão a "truculência petista", a "falta de espaço democrático", a impossibilidade de "pensar livremente" e de "maneira diferente" da direção (que nesse momento será chamada de cúpula).

7. Ressaltamos também que a política conduzida pela Direção Nacional do PT é parcialmente responsável por abrir espaço para atitudes de confusão em relação ao governo Itamar. A não formulação de uma proposta clara e consistente de superação da crise socio-econômica que atravessa o país e a consequente ausência de disputa pela sua hegemonia na opinião pública, abriu espaço para que o partido votasse na maioria das propostas apresentadas por Itamar ao Congresso Nacional, gerando uma expectativa de adesismo ao Governo. Tal comportamento acabou gerando grandes confusões.

8. Por outro lado, não podemos deixar de lamentar e verificar que a companheira Erundina adotou uma posição exageradamente personalista e descabida, como podemos notar na sua declaração: "o presidente Itamar me convenceu ao dizer que o país precisava de minha contribuição". Imaginem se cada petista adotar postura semelhante!...

10. Para concluir, avaliamos que participar hoje do governo Itamar é concordar com as suas principais medidas políticas, econômicas e sociais. É concordar com tamanha inação pública para conter a miséria e retomar o crescimento com distribuição de renda. É abandonar a perspectiva de que nosso partido formule e execute políticas que expressem a radicalidade dos excluídos.

Sendo assim, propomos:

I. Que a Direção Nacional do PT convide a companheira Luiza Erundina a voltar para o PT, deixando a Secretaria da Administração Federal.

II. Caso a companheira Erundina persista em sua opção política pelo governo federal, solicitar que, coerentemente, se desligue do partido.

III. Na hipótese da companheira Luiza não voltar para o partido nem se desligar formalmente dele, caberá a essa direção proceder seu desligamento definitivo das fileiras do partido.

IV. Apresentar ao partido nosso programa político e econômico para a conjuntura atual, permitindo esclarecer à opinião pública as profundas diferenças entre a proposta petista e os encaminhamentos do governo federal, fundamentando coerentemente a não-participação na frente dirigida por Itamar. □

Este é um extrato de um abaixo-assinado que está circulando entre os diretórios de São Paulo.